

## **“A construção da História na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos - alguns subsídios e exemplos críticos.”**

### *Sinopsis*

Algo que habitualmente se esconde à metodologia histórica moderna é a profundidade literata dos periódicos literários, mormente, os pertencentes ao Portugal de Oitocentos. A nossa apresentação **“A construção da História na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos - alguns subsídios e exemplos críticos”** pretende fornecer uma sucinta evocação das relações intrínsecas entre os estudos históricos e a imprensa portuguesa do século XIX. Encarnando na figura de «O Panorama», talvez o vulto periódico de maior destaque nesta época - encarado como justo identificador de uma grandiosa tradição histórica, jornalística e literária -, a História e a Imprensa revelar-se-ão no Saber [e no Ser] português daqueles tempos, que já se nos afiguram distantes e poucos conhecidos. Daí que se procuremos justificar esta evocação.

\*

### **1. Os periódicos oitocentistas e a construção da História:**

#### **1.1. Necessidades mútuas, visões complementadas de um mesmo universo:**

«A Historia é o thesouro da vida humana.  
Imaginae em que horrorosas trévas e em que lamaçal de  
ignorancia bestial e pestifera estariamos mettidos,  
se as recordações de tudo o que se fez ou aconteceu  
antes de nós nascermos, estivessem inteiramente abolidas e extinctas.»  
Amyot [?], in *O Panorama*, vol. II, 1.<sup>a</sup> série,  
ft. 54, 12.05.1838, p. 160.

A essência da paradigmática do estudo presente é, inexorável e propositadamente, unipolar, dado que, ao se encontrar assente numa única base referencial ao longo de toda uma reflexão historiográfica, apenas um será o pilar [ou pólo] de todo um raciocínio. Estabelecidas tais linhas mestras, primordiais em todo o *latu sensu*, a História emergirá de entre as *“entranhas de um Zeus menor”*, ou seja, da conjuntura da Imprensa portuguesa de meados do século XIX.

Este opúsculo aborda uma problemática, simultaneamente generalista e particularizada, acerca dos reflexos dos Estudos Históricos na Imprensa portuguesa de Oitocentos. Surgem-nos, forçosamente, neste século, as figuras de periódicos tais como «O Panorama» e o «Archivo Pittoresco», passíveis de serem considerados os vultos periódicos de maior destaque nesta época - encarados unanimemente como os legítimos elementos identificadores de uma grandiosa tradição e metodologia [tanto histórica como jornalística ou literária]. (1)

Como elementos identificadores de uma longa tendência histórico-cultural, são a melhor estirpe da confluência de duas grandes áreas - a História e a Imprensa - no Saber [e no Ser] português daqueles tempos, que já se nos afiguram distantes e poucos conhecidos. Importa, pois, fazer *reviver* esse imenso manancial noticioso e historiográfico e, em particular, determinar as circunstâncias em que a *historicae documenta* se encontra aí inserta.

Nestas imensas páginas se encontram, não sem as devidas reservas funcionais, das melhores representações da mesclagem e da associação da História e das Letras portuguesas. Essa colaboração perdeu-se quase por completo, por razões múltiplas. Se atentarmos à generalidade do panorama editorial da imprensa periódica portuguesa actual não será, sem novidade, que pouco ou nada do que seria prática corrente no século XIX se aplicará na actualidade: “Ora, com todas as suas limitações, são os jornais os meios que em Oitocentos estiveram em condições de melhor cumprir esta função. São eles, pois, um dos principais factores de abertura e dinamização do espaço público politizado não apenas pela comunicação que estabelecem como pela consequente mobilização que provocam. Para o que concorre, também, o seu efeito na democratização cultural, pela divulgação mais ampla das ideias e conhecimentos na sociedade, para além dos círculos restritos dos «homens letrados e doutos» a que se restringia a divulgação da chamada «cultura erudita”. (2)

Ao termos presente um pensamento crítico, ainda que superficial, veremos que os periódicos de hoje não ensinam, entretêm, não contam o factual, mas o parcial, não educam, caducam - absortos nos seus fundamentos ditos globalizantes, perdem todo o seu teor identificativo. Sendo meros instrumentos de um processo indolor de aculturação, são as ferramentas de uma identificação que se alheou de si mesma. Salvo raras menções, são o *terminus* de um caminho já trilhado há muito em que as vicissitudes da «Idade do Silício» clamam mais alto, ao invés da abnegação e dedicação que a Cultura e o Entendimento exigem.

A tradição jornalística na construção de uma dada memória histórica perdeu-se quase por completo em Portugal. Será verídico afirmar que a História e a Imprensa se alhearam da relação que, solidamente, as conjugava? Porquê este desligar tão abrupto e nefasto para a sociedade contemporânea? Particularizando, nos interrogamos: “E que caminhos para a História?” - interessará ao vasto público, parte integrante de uma cultura de massas, conhecer a totalidade ou episódios esporádicos de uma época ainda tão polémica?

Disposta em diversas partes, esta reflexão pretende abordar, numa primeira divisão, as questões relacionadas com os limites e as confluências das diferentes actividades historiográficas e jornalísticas, tratando-se, seguidamente, da existência do periódico basilar do nosso estudo - «O Panorama». Abstivemo-nos de aprofundadas interpretações para cada aspecto particular da História da Imprensa, já que a organização globalizante da nossa reflexão tentou compreender o interesse primeiro deste trabalho - o que a Imprensa encerrará em si própria dos acontecimentos próprios da História?

## **1.2. Questões várias sobre os limites e a interacção da História e a Imprensa - uma tentativa de desconstrução:**

O âmago destas questões é passível de ser compreendido tendo em mente um *phraru* fundamental - como encetar uma investigação histórica de forma a conciliar dois campos do Saber [e do Ser] que se revelam, aparentemente, tão metodologicamente díspares? Na sua essência, será esta a razão de ser deste labor, que por demais esforços que desenvolvidos, nunca perderá a mácula de figurar apenas como uma *Introdução* a estudos mais vastos e meticulosos.

Questão fulcral: como conduzir uma investigação com o intuito de ascender a uma melhor compreensão da História vista pela imprensa periódica de Oitocentos? Como compreender o *esquecimento*, ou seja, a falta de memória histórica dos *mass media*? Correndo permanentemente atrás das novidades, privilegiando o que é recente em relação ao que aconteceu há poucas horas ou há poucos dias, os *mass media* praticam, naturalmente, o *esquecimento*. É-lhe intrínseco. Porque a emoção provocada pelos acontecimentos recentes importam mais do que a compreensão do que passou a *fazer parte* da História. Mesmo se esta História é a História actual, é a História dos dias que passam. Portanto, justificar-se-á o uso do Jornalismo para a *crónica* da História? Ser-lhe-á indispensável ou será apenas algo mais *descartável*? Qual poderá ser, por isso, o *meeting point* entre estas duas grandes

formas de apreensão de uma dada realidade? “A História sai da escola e entra nos *mass media* porque estes ocupam hoje em dia, em grande parte, o lugar que a História tinha no século XIX. Os *mass media* tornam-se numa grande empresa de escolarização nacional. É por seu intermédio que se transmite ao público o relato doutrinal da cultura. Não admira que o discurso da representação nacional, a História, desempenhe aí um papel tão importante.” (3)

Será legítimo afirmar que os jornalistas são *cronistas* da História? Algo de extremamente notório no domínio da historiografia moderna será o facto de os trabalhos provenientes dos diferentes *mass media* serem uma fonte importantíssima na investigação histórica. Apesar de se considerar uma História *feita no dia seguinte*, apresentará sempre distorções e até uma manipulação intencional, mas não deixará de constituir uma fonte primacial para a História, pois encerra em si o *espelho do quotidiano*: “O progresso permitido pelos *mass media*, especialmente pela televisão, impõe ou propõe menos a História que o historiador. [...] Há mais historiadores actuais que têm acesso à televisão, que são solicitados para participar em emissões. O historiador novo vê-se. A História que ele faz, essa, já se vê menos.” (4)

Considera-se o Jornalismo como uma instituição social formada historicamente para oferecer conteúdos que tenham características de actualidade e de relevância para um público amplo, disperso e diferenciado. Este papel é executado porque o Jornalismo conquistou uma legitimidade social para produzir uma reconstrução discursiva do mundo, com base num sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências quotidianas. Mas essa fiabilidade será útil no campo da historiografia? “O historiador diz: isto passou-se deste modo ou daquele. Ele compreende. Vê o que está por detrás das aparências e diante ou sob o presente. Pelo menos, o seu discurso dá a entender que assim é. «O real fala-vos»: eis a legenda inscrita debaixo das representações produzidas pelo historiador. Isto fascina uma sociedade que tem uma relação cada vez mais abstracta consigo mesma e com as coisas, e que volta a exigir esta ficção do real. [...] Estes dois fenómenos de *marketing* são bastante contrários à disciplina científica, que pretende o esbatimento do autor face ao conteúdo verificável da sua investigação, e que articula os resultados sobre as hipóteses de que eles são o efeito. Dever-se-á reconhecer nisto uma submissão da produção científica à lei da procura comercial?” (5)

A notícia jornalística é a forma operativa da construção deste conteúdo jornalístico. Ela contém, na sua essência, os aspectos que a singularizam em relação a outros conteúdos que circulam socialmente. Traz quotidianamente a público determinadas ocorrências

seleccionadas no mundo social com base em critérios classificatórios internos à organização jornalística ou relacionados com o processo interaccional que o jornalista mantém com as fontes de informação - investindo sentidos específicos a essas ocorrências seleccionadas. A notícia socorre-se, para isso, de linguagens e conteúdos de uso comum numa colectividade e auxiliando na construção de uma definição da imagem pública destas ocorrências. “Toda a profissão é sobrecarregada de imagens mas talvez nenhuma outra seja tão rodeada de mitos como a do jornalismo. De facto, o poder do mítico tem envolvido a profissão de tal maneira que os jornalistas parecem ser os «Davides» da sociedade matando os «Golias» (aliás expresso no conceito do campo jornalístico como «contra-poder») e o seu produto é apresentado como sendo uma transmissão não expurgada de um acontecimento.

A noção chave desta mitologia é a noção do «comunicador desinteressado» aonde o papel do jornalista é definido como o do observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais. [...] A metáfora, habitualmente evocada no campo jornalístico, do jornalista como «espelho», reflecte bem esse conceito do jornalista como simples mediador cuja existência se suprime quando o acontecimento é «reproduzido» na notícia. [...] Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento.” (6)

### **1.3. Que importância dar aos jornais periódicos como fontes primárias para a memória historiográfica?**

Talvez um dos aspectos mais curiosos desta reflexão se prenda com o facto de que se tentar encontrar uma justificação para que os jornais periódicos possam ser considerados como fontes primárias para toda a memória historiográfica, inclusivamente a medieval. Tendenciosamente consideradas como fontes históricas estritamente direccionadas e utilizáveis pela investigação científica em História Moderna e Contemporânea, a imprensa periódica portuguesa actual tem sido, de modo geral, alheia às questões relacionadas com a História Medieval. No entanto, é um período de tempo largamente focado e exposto no século XIX. Como explicá-lo à luz da actualidade? Que interpretações se podem retirar desta questão deveras peculiar?

Quais as relações possíveis entre a notícia, dita *jornalística* com a feitura de um dado *acontecimento*? O que se poderá entender por *acontecimento histórico* e como é que este se constituirá? Como

compreender aquilo que aconteceu, a essência de dada ocorrência ou facto? Como será que a História e a Imprensa compreendem os acontecimentos, as unidades de medida que compõem os seus campos de análise e de acção? Como se expressa esta mesclagem de conceitos subjacentes entre si e, aparentemente, indissociáveis? A ausência de conteúdo noticioso dito *mundano* facilitaria a exposição de assuntos de índole histórico? “Toda a historiografia contemporânea, a «Nova História», a da escola dos Annales pretendia minimizar o acontecimento, considerado como uma bolha à superfície da História, manipulada por correntes muito mais profundas, de longa duração. Ora, quando se está imerso no actual, numa História de que é difícil dar a data de nascimento, mas que se sabe que é a nossa, para o melhor e para o pior, o caminho parece-nos o inverso: confrontamo-nos inelutavelmente com os acontecimentos, mesmo que pareça que se trata, por vezes, de falsos acontecimentos. [...] Outrora, num sistema de informação tradicional, passavam-se coisas que não afectavam profundamente a vida das massas, ou estas massas não sabiam que essas coisas afectavam profundamente a sua vida, ou então ninguém lhes prestava atenção. Seja como for, o acontecimento desenrolava-se a vários níveis e em vários tempos. Havia actores do acontecimento, os transmissores (sermões de paróquia, mercadores da Idade Média, agentes oficiais do poder) e o público que o recebia. [...] Não há acontecimento sem os media [...] No acontecimento de tipo moderno, pelo contrário, já não é o historiador que dispõe, nem mesmo o jornalista, que não é também mais que o eco instantâneo duma coisa muito mais vasta, e que forma este emaranhado da actualidade que muda completamente o nosso vivido histórico e que constitui a sua natureza. É o acontecimento que faz o historiador.” (7)

É conveniente perceber que a ideia de actualidade jornalística não possui uma unidade conceptual mínima, mas é-lhe impossível reger-se sem o acontecimento. É predominantemente vinculada à ideia da *novidade*, embora esta seja um critério operativo de classificação de eventos, impreciso enquanto definição de um determinado fenómeno. Além disso, nesta prática social de seleccionar e hierarquizar eventos, cruzam-se outras formas de classificar a actualidade dos mesmos, ligados a diferentes momentos da sua produção: “Se tudo o que aconteceu é igualmente digno da História, esta não se torna um caos? Por que seria um facto mais importante que outros? Valeria a vida de um camponês do Nivernais à de Luís XIV; [...] Pode fugir-se a interrogação histórica? É necessário que haja uma escolha em História, para escapar à dispersão em singularidades e a uma indiferença onde tudo se equipara. A resposta é dupla. Em primeiro lugar a História não

se interessa pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas pela sua especificidade [...]; em seguida, os factos, como vamos ver, não existem na mesma quantidade que os grãos de areia. A História não é um determinismo atómico: ela desenrola-se no nosso mundo, onde efectivamente uma guerra mundial tem mais importância do que um concerto de buzinas; a menos que - tudo é possível - esse concerto desencadeie por si próprio uma guerra mundial; porque os «factos» não existem em estado isolado: o historiador encontra-os completamente organizados em conjuntos onde desempenham o papel de causas, fins, ocasiões, acasos, pretextos, etc. A nossa própria existência, em suma, não nos aparece como uma constelação de incidentes atómicos; tem um sentido no seu conjunto, nós compreendemo-la; por que seria a situação do historiador mais *kafkiana*? A História é feita da mesma substância que a vida de cada um de nós.” (8)

Um estudo que pretenda correlacionar a noção de actualidade jornalística com o acontecimento deve, inicialmente, demarcar alguns conceitos e perspectivas teórico-metodológicas fundamentais para esse trabalho. A principal referência teórica é a ideia de *tempo*, temática que atinge uma larga variedade de campos de conhecimento nas ciências humanas. Cada perspectiva aborda aspectos particulares ou formula noções específicas do tempo, conforme sejam valorizados componentes simbólicos ou materiais do tempo, enquanto um fenómeno ou as relações entre este dito fenómeno e os demais sujeitos que o experienciam numa realidade concreta. (9)

Nas ciências humanas, a categoria do tempo alcança uma considerável importância, principalmente para os historiadores, dado que vislumbram o tempo como uma importância central: “*tudo começa, tudo acaba pelo tempo*”, segundo Fernand Braudel. O autor identifica na História a existência de três temporalidades: o tempo de longa duração caracterizado pelo lento movimento das estruturas; o tempo de média duração existente nas conjunturas (pequenos ciclos, de dez a cinquenta anos, na história social); e o tempo de curta duração, ligado ao evento com seu recorte breve, ocorrencial, instantâneo. O tempo presente é uma construção significativa por ser determinada por marcos culturais que fundamentam as concepções temporais, possibilitando formas específicas de compreensão do presente em relação a um sentido de passado e de futuro. As relações entre a Imprensa e a História não parecem ser de conflito, mas sim de auxílio mútuo. Embora agindo em patamares científicos diferentes, os seus limites parecem-nos cada vez mais esbatidos e transpostos - qual será, portanto, o desenrolar futuro destes *acontecimentos*?

## **2. Oitocentos, a História e a Imprensa: reuniões discordantes?**

### **2.1. Apresentação dos jornais como fontes historiográficas no contexto de época:**

Esta reflexão pretende expor criticamente qual a importância da imprensa periódica portuguesa de meados do século XIX para o evoluir dos estudos históricos. Porventura, será interessante abordar neste espaço o modo como estes periódicos retratam a história particular a que pertencem. Após a leitura do periódico basilar do nosso estudo, ou seja, de «O Panorama», cedo se constata que além de outras histórias tão díspares encerradas nas suas vastas páginas, também se regista que essas publicações abordam uma História que é sua por *direito de nascença*. Servindo-nos do auxílio, então, do periódico citado, como

esboçou ele a globalidade da História da Imprensa desde o seu nascimento até à sua actualidade?

Questões tão desiguais se nos levantam perante este manancial imenso: como compreenderam o evoluir das artes gráficas, tipográficas e de todas as artes de impressão com tipos? Como acompanharam as inovações da gravurística nos seus diferentes materiais, seja sobre madeira, sobre metal ou outros? Como registaram o desenvolvimento da litografia e das diferentes artes de reprodução, por impressão, de desenhos ou dos escritos gravados em pedra [chamadas *litográficas*]? Como nasceu, deveras, a *imprensa* propriamente dita?

Também aqui se referenciam as histórias desenvolvidas de um dos grandes feitos da Humanidade, relatando-se o nascimento das primeiras publicações periódicas, afastando-se os relatos do exercício de uma História particular com vista a atingir os seus focos na História Universal. Focando este assunto em particular, é também imperioso demonstrar o relativismo cultural que se expressam nestas páginas, dado que a totalidade das civilizações conhecidas são aqui estudadas, em igualdade de circunstâncias e de importância histórica.

Para se compreender a importância e o destaque destes periódicos em particular, é conveniente conhecer um pouco a história das publicações similares entre nós. Vêem de 1837 as tentativas de publicações periódicas ilustradas pelo «Ramalhete», a primeira de que temos conhecimento e registada como pertence a esse género jornalístico. Contudo, o público recebeu bem essas publicações e muito especialmente «O Panorama», ainda hoje citado, principalmente, pelos artigos da autoria de Alexandre Herculano, Luís Rebelo da Silva e outros.

Grande número de publicações ilustradas periódicas (10) apareceu nessa época, feitas no país e no Brasil, bem como no estrangeiro e em língua portuguesa, sem contudo, lograrem existência duradoura. Neste contexto, citamos, o «Jornal de Bellas-Artes» [1848-1857], a «Ilustração» [1845-1852], a «Ilustração Luso-Brazileira» [1856] ou o «Archivo Familiar» [1857]. Mas se estas publicações primavam nos seus escritos, deixavam muito a desejar pelas suas estampas, a maioria delas clichés estrangeiros ou gravuras rudimentares e pior impressas.

Por meados de 1856, apareceu o «Archivo Pittoresco», editado por *Castro, Irmão & C.<sup>a</sup>*, benemérita empresa que se esforçou para levantar a arte de gravura em madeira e que conseguiu, através de mil dificuldades, publicar onze volumes daquele semanário que terminou em 1868. Em 1871, aparecia no Porto o «Archivo Popular», que nada adianta nas suas ilustrações. Em 1872, publicava-se em Lisboa, «Artes

e Letras» e aí vêem-se algumas gravuras originais e clichés estrangeiros.

É neste ano que aparece os «Dois Mundos», um periódico de ilustração publicado em Paris, em língua portuguesa e com gravuras estrangeiras. Esta publicação seria uma glória para Portugal se fosse produto da arte portuguesa, mas feita em Paris, não tinha a mesma significação nem interesse para o país a que se destinava. Quando isto acontecia já em Portugal havia elementos para se produzir uma revista ilustrada que afirmasse os progressos da arte portuguesa e por isso tivesse expressão nacional. Para a impressão, parte importante de uma folha ilustrada, havia Adolpho Lallemant [e restante família], que tinha a grande escola da tipografia francesa. “A maior dificuldade para fazer uma revista ilustrada com suficientes gravuras que correspondesse aos acontecimentos e à reprodução de obras de arte, era a quantidade de gravadores aptos para produzir essas gravuras. Não os havendo no país, seria mister contratá-los fora, mas nesse caso importava tanto como mandar vir as gravuras do estrangeiro, e a revista assim feita continuava a ser as penas de pavão a enfeitar a ilustração portuguesa. Era preciso criar artistas gravadores, pois desenhadores não faltavam.” (11)

## **2.2. Panorâmica generalizada da História da Imprensa em visões particularizadas:**

O termo *Imprensa* tem um largo âmbito, envolvendo aspectos muito diversos; nem todos, porém, pretendemos agora desenvolver. Originariamente, *imprensa* diria respeito apenas à «máquina de imprimir caracteres tipográficos em papel ou em qualquer outra matéria». Passou a designar, depois, o estabelecimento onde trabalham essas máquinas e outras com elas relacionadas, isto é, a tipografia. Por extensão, o instrumento acabou por confundir-se com o produto e passou a significar, também, os próprios impressos. (12)

Um ponto aqui a registrar será a forma de como estes periódicos se inserem no movimento jornalístico que lhes foi contemporâneo durante cerca de uma trintena de anos [1837 - 1868]. Como retrataram o nascimento ou desaparecimento de outras publicações periódicas, tanto em Portugal como no Brasil ou no resto do mundo, como se debruçaram sobre os direitos autorais, das condições de vida dos colaboradores dos periódicos e, principalmente, quais os desígnios que pretenderam alcançar, matéria esta que adiante exporemos com maior profundidade.

É impensável, portanto, apresentar uma resenha ou um bosquejo histórico da Imprensa desde o seu nascimento até à contemporaneidade, sem se ter em contada uma visão em *prima persona* pelo periódico literário mais importante do século XIX - «O Panorama». Se se pretender, então, construir um historial da imprensa de acordo com as matérias noticiosas insertas em «O Panorama», será deveras demonstrativo uma certa actualidade dos seus escritos que, por certo, permitirão ilações teóricas quanto ao futuro dessa mesma *Imprensa*, cujo representante tão bem dignificou e tornou evolutiva: “Ao traçar, em linhas muito gerais, a história da imprensa periódica em Portugal, teremos de começar por definir o seu objecto, isto é, o periódico. E não é problema ocioso ou de somenos importância este, que tem dado origem a longas e aceras polémicas em que se envolveram alguns dos nossos maiores homens de letras, desde Herculano e Inocêncio a Brito Aranha e Eduardo Coelho, especialmente a propósito da polémica sobre o início da imprensa periódica no nosso país.

Em Portugal está-se ainda longe de reconhecer o importante papel cultural que o jornalismo efectivamente desempenha. É corrente a ideia expressa na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX* [p. 314]: ‘o jornalismo é a antecâmara da literatura e se muito jornalista nela se queda e por ali fica, outros há que seguem avante, deixando a folha avulsa do jornal pela definitiva do livro.’ Não nos deteremos no que isto representa de incompreensão total das características e função do jornalismo; aquela ideia encerra-o em limites tão estreitos que quase anulam completamente o seu valor cultural e histórico. Considerado, geralmente, assim, *a latere* da literatura, ou como um seu género menor, o jornalismo não tem preocupado os nossos investigadores históricos ou literários, embora de tempos a tempos estes verifiquem a necessidade de recorrer a ele. Tão pouca atenção lhe tem sido prestada que nem merece desenvolvida referência em qualquer das nossas histórias gerais ou da literatura: enquanto umas a esquecem completamente, outras dedicam-lhe meia dúzia de linhas rápidas e, em geral, mal informadas, [...]. O pessimismo de Inocêncio e de João José de Sousa Teles, se é legítimo em bibliógrafos, não o é em historiadores. Com efeito, há a tendência para considerar como histórias meras resenhas e bibliografias jornalísticas ou colecções de episódios pitorescos. [...]”

(13)

Serão estas, supomos, algumas das coordenadas fundamentais que deverão orientar um estudo mais aprofundado das características dos jornais e dos seus conteúdos. Serão da maior utilidade, pois

constituirão um seguro e estimulante guia ou roteiro para as inúmeras e fecundas sondagens que o jornalismo oferece. Desde a forma de apresentação dos anúncios até à técnica de redacção das notícias vai todo um domínio inexplorado e da maior riqueza que permite prospecções interessantíssimas. Cremos mesmo que esta fonte, até agora inaproveitada, é de rara fecundidade para o conhecimento das formas de sensibilidade, dos gostos dominantes, da atitude mental de certas camadas sociais em determinadas épocas. Para os historiadores interessados pelo jornalismo como copiosa fonte de informações sobre os acontecimentos um tal guia ou roteiro seria também da maior utilidade, embora necessitemos de algo que nos oriente nesse emaranhado compacto e confuso da nossa imprensa periodística desses tempos.

Chegados a este ponto, lembramos o leitor da prioridade primeira da nossa reflexão crítica. Em breves palavras, dado que o nosso objectivo último não será aprofundar a problemática da História da Imprensa Portuguesa, tentar-se-á, não só aqui, esboçar uma panorâmica geral dessa mesma História durante um período correspondente a cerca de uma trintena de anos [1837-1868]. Daí ser forçoso apresentar os fundamentos gerais da história particular de «O Panorama», como ferramentas históricas úteis no entendimento do conceito da História no seu todo.

### **3. «O Panorama» [1837-1868]**

#### **3.1. Súmula biográfica de «O Panorama» e seus principais vectores ou coordenadas existenciais:**

Em jeito de paráfrase biográfica, tentemos esboçar um início diferente a uma súmula biográfica de um periódico português. Socorrendo-nos de um artigo inserto em «O Panorama», por coincidência também denominado «Panoramas», eis como o anónimo autor desta peculiar peça justifica, talvez, o uso de tal expressão para identificar esta publicação:

“O vocabulo panorama, segundo a sua etymologia grega, soa o mesmo que vista de todo. Tomou-se este termo para designar uma engenhosa invenção dos fins do seculo passado, que veio dar novo realce á arte da pintura. Consiste este invento em apresentar vistas de um vasto terreno, por tal arte dispostas, que o espectador creia ver a realidade.”

(14)

Fazendo uma analogia para as técnicas artísticas da pintura, do estudo paisagístico ou até do entendimento das perspectivas, o termo “panorama” surge-nos aqui figurado, como se de uma vasta paisagem de conhecimentos se descortinasse aos olhos do leitor e curioso:

“É a Roberto Barker, pintor de Edimburgo, que se attribue esta invenção, da qual obteve privilegio em 1787, apresentando ao publico, dahi a quatro annos, o primeiro panorama. O americano Fulton os introduziu em França, e ajudado por alguns artistas francezes, que aperfeiçoaram o invento, apresentou-o em París pela primeira vez no anno de 1799.” (15)

Apontando designações similares a outras publicações europeias de renome, é notório o enaltecimento e o tom *avant-garde* dado ao nascimento do novo periódico:

“A denominação de panorama começou neste seculo a ser empregada no seculo a ser empregada no sentido metaphorico: os viajantes, e os poetas a teem dado aos sitios picturescos que abrangem uma grande extensão de territorio. Foi tambem no sentido figurado que tal nome se deu a este jornal; por que nelle se apresenta aos olhos dos nossos leitores o que mais curioso ha no mundo, physico e intellectual: entretanto a idéa de dar semelhante nome a uma publicação litterária não é nova: alguns livros teem apparecido com este título (16); e para não amontoar exemplos, citaremos só o Panorama de Inglaterra publicado por Carlos Mallo.” (17)

Como compreender a enorme expansão e a tenaz influência de «O Panorama» no contexto da emergência das publicações periódicas portuguesas a partir do seu nascimento em 1837? Uma reflexão efectuada neste domínio não poderia deixar de obedecer a algumas coordenadas fundamentais da vida de «O Panorama» para melhor compreensão deste monumento literário.

«O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis» surgiu a 6 de Maio de 1837, um sábado [dia de irreduzível publicação até ao seu estiolar], em folhetins de oito páginas de quarto grande a duas colunas. Ainda segundo os estatutos da Sociedade, cujo capítulo V é dedicado ao semanário, este ocupar-se-ia:

“[...] de considerações sobre a História Nacional e Estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos;

estatística e geografia do país; biografia dos nossos varões ilustres, em armas e em letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à Língua portuguesa. A Jurisprudência, a Economia Política, o Direito Administrativo, a Indústria, o Comércio e as Belas-Artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, ricos de noções simples e úteis.” (18)

O periódico ilustrado «O Panorama» nasceu das iniciativas de um grupo de cidadãos, amigos das Letras e defensores acérrimos da causa da instrução popular em Portugal. Constituindo-se na célebre *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, por inícios de 1837, a divulgação de conhecimentos úteis seria a grande empresa a que um grupo de literatos se dedicaria, sempre em prol da instrução do povo. «O Panorama» seria, portanto, a instrumentária de que se serviriam para esse fim: “...os cidadãos, liberais ilustrados, promotores da publicação de O Panorama, reuniram um capital de 10 contos de réis, divididos em 2000 acções de 5\$000 réis, e elegeram corpos gerentes. A direcção eleita ficou incumbida de dar imediato impulso à empresa e foi autorizada ‘não só para comprar o prelo mas também para nomear os Redactores que hão-de escrever o jornal, e para arbitrar-lhes ordenado’, este dependente da aprovação da assembleia geral da Sociedade, segundo o artigo 35.º dos seus estatutos.” (19)

Escolhidos os corpos gerentes da dita Sociedade, restava saber sobre quem recairia a redacção e responsabilidade executiva de «O Panorama». Após deliberações várias, a escolha recaiu sobre a figura de Alexandre Herculano que devido às suas fracas posses, de imediato aceitou a incumbência. (20)

Os moldes inovadores de «O Panorama» estavam longe de ser originais no contexto da imprensa periódica internacional. Com certeza o eram em Portugal, mas já no contexto europeu publicações desta índole despontavam há muito. Caso paradigmático nesta acepção será, sem dúvida, o «The Penny Magazine», publicado em Londres entre 1832 e 1845, órgão de informação dependente da «Society for the Diffusion of the Useful Knowledge», fundada por Charles Knight [1826]. Constate-se, desde já, as semelhantes do paradigma emergente português com o paradigma inicial inglês. Dotados de ânímos idênticos, «O Panorama» propôs-se a concretizar em Portugal o que em Inglaterra era já prática corrente, mas cedo se notaram que apesar do sucesso inglês do «The Penny Magazine», algo teria de ser alterado: “O *Panorama* intentara e, ao menos no começo, procurara copiar-lhe fielmente a fórmula, promissora de urna expansão e de uma audiência que, entre nós,

teriam, por comparação e contra a expectativa gerada entre os seus promotores, um pálido reflexo. [...] Lisboa não era Londres, Portugal não era a Inglaterra, e o público potencial de *O Panorama* constituía-se, à partida, irremediavelmente minúsculo em relação àquele com que podia contar *The Penny Magazine*.” (21)

Mesmo com as dificuldades sempre presentes na sua existência, «O Panorama» persiste e consegue cimentar uma posição cimeira no contexto das publicações periódicas portuguesas na década de 1830 - com ligeiras oscilações, devidas a múltiplos problemas -, «O Panorama» foi, desde o seu aparecimento a público, uma referência incontornável. “Os periódicos literários e científicos haviam adquirido notável desenvolvimento após 1834. Entre eles destacavam-se *O Panorama* (Lisboa, 1837), redigido por Alexandre Herculano, e a *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, 1841), de António Feliciano Castilho, revistas que no seu género se poderiam colocar sem desvantagem ao lado das melhores que então se publicavam na Europa, tanto no aspecto gráfico como literário.” (22)

Foi, portanto, extremamente notório e expectativo, o aparecimento de «O Panorama» em Portugal em 1837. A causa da instrução popular nacional era um movimento muito em voga à época e o aparecimento de publicações deste género seriam julgadas armas imprescindíveis neste combate gigantesco. Assim se justifica a sua importância, aliadas à criação de uma *Sociedade* cujo mote era exclusivamente dedicado a essa causa. Servindo-nos de uma citação alheia usada Inocêncio Francisco da Silva, aqui se denota claramente as impressões que estavam incutidas no espírito literário da época acerca de «O Panorama». Citamos, *ipsis verbis*, o autor: “A influencia do *Panorama*, admiravel instrumento de iniciação intellectual no atrazo relativo em que existiamos por aquelle tempo, manifestou os seus effeitos desde logo; e redigido por algumas das capacidades mais distinctas do paiz, concorreu poderosamente para aperfeiçoar a linguagem, desenvolver o gosto pelas letras, e fazer revocar do esquecimento as tradições mais gloriosas do passado. Por elle se deu vôo e impulso a essas vocações novas, que vemos gradualmente hoje ir sobressahindo em todas as espheras da actividade social.” (23)

Apesar do seu nascimento ser deveras celebrado, a existência de «O Panorama» foi bastante oscilatória, tornando-se, ainda actualmente, algo difícil de seguir. Vindo a público a 06.05.1837, a publicação de «O Panorama» conheceria 5 séries distintas até ao seu completo estíolar em data incerta, por finais de 1868. Dividido por 18 volumes ou tomos, «O Panorama» compreende-se da seguinte disposição: “Tomos I a V, nos annos de 1837 a 1841; Tomos VI a VIII, nos annos de 1842 a 1846;

Tomos IX a XIII, nos annos de 1852 a 1856; Tomos XIV e XV, nos annos de 1857 e 1858; Tomos XVI a XVIII, nos annos de 1866 a 1868.” (24)

Um dos feitos mais admiráveis de «O Panorama» foram as suas enormes tiragens para a época - cerca de 5000 exemplares -, impensáveis até essa data em Portugal. Custava, avulso, 25 réis e 1\$200 réis de assinatura anual (semestral, 640 réis ou 340 réis trimestralmente). Ao registar cinco mil exemplares ao 5.º número - que escoavam correspondentes em Lisboa, nas províncias [aqui a tiragem era pouco significativa, contando com apenas 308 exemplares no quarto trimestre de 1839], na Madeira, Açores, Brasil, Bélgica, Espanha, França e Inglaterra -, mas é de notar que se distribuía gratuitamente, por imposição do artigo 51.º e último dos *Estatutos da Sociedade*, «pela Casa Pia, Casa d’Expostos, Asilos de Primeira Infância, Aulas de Instrução Primária, e em geral por todos os estabelecimentos Pios, alguns exemplares de cada número, que facilitem aos alunos a leitura desta publicação»: “Enquanto *O Panorama* arrancava para a vida com uns modestos e, no entanto, festejados (ainda hoje!) milhares de exemplares em conta dígita, *The Penny Magazine* lançava-se com 160 mil em 1832 e, cinco anos depois, estava já extraindo acima de trezentos mil exemplares por semana, isto é, pouco lhe faltava para dobrar a tiragem em cinco anos - informava, em Junho de 1837, Alexandre Herculano, o principal redactor do semanário lisboeta que era a réplica do londrino.” (25)

Dotado de uma única edição efectuada sempre em Lisboa, «O Panorama» valeu-se de uma notável rede de distribuição que, apenas com alguns dias de atraso em relação a outros pontos do País, fomentou grandemente a sua expansão, tanto em Portugal como nas províncias ultramarinas ou até o Brasil, público que desde se mostrou assíduo à leitura de «O Panorama».

Basta um breve olhar sobre a relação de colaboradores de «O Panorama» nas aberturas de cada volume ou tomo, para nos apercebermos da escala nacional e internacional que tomou, propiciando deste modo uma reciprocidade do meio cultural com a camada populacional que se queria atingir. «O Panorama» foi uma publicação popular, de modo que o seu cariz e essência era extremamente populista, embora cedo se constate que serão as classes já algo abastadas as que mais procuram este tipo de informação. Como empreender uma crítica num campo tão parco em informações quantitativas credíveis? Veja-se o que José Tengarrinha admite: “Atendendo aos hábitos [...] da leitura pública dos periódicos, não nos devemos iludir com os números (difíceis de pesquisar, mas que sabemos serem modestos) relativos às tiragens dos jornais da época.

Os de maior projecção, em Lisboa, oscilavam entre 1000 e 2000 e muito raramente ultrapassando este limite; mas a grande maioria, os de existência mais ou menos fugaz, raramente alcançavam o milhar. Estes números, porém, são enganadores, como vimos. Cada exemplar passa de mão em mão ou é lido em voz alta em grupos não muito pequenos. [...] A burguesia era precisamente a classe que, directamente interessada nestas questões e pela sua ilustração, comprava os jornais; além de que estes, pelo seu alto custo (de 1834 a 1850 os preços dos jornais variavam entre os 20 e os 50 réis, sendo mais habituais os de 30 e 40 réis), só podiam ser regularmente adquiridos por uma classe relativamente abastada, pelo menos ao nível da média burguesia.” (26)

António Feliciano de Castilho, em colaboração próxima com o periódico, sintetiza em breve alocução o público-alvo de «O Panorama»:

“O Panorama, acessível a todas as fortunas, a todos os entendimentos, accommodado a todos os gostos, a todos os interesses; o Panorama, multiplicado por um numero de exemplares de que não há memória na imprensa da portugueza, é o conhecido, o bem vindo e o amigo de todas as casas. [...] amando nas tres cathogorias de homens, de que a sociedade se compõe, tudo o que nellas ha bom, honesto e proveitoso [...] jornal em fim, ou livro, ou livraria, que tudo é, portuguez no contar, no aconselhar, no trabalhar e ajudar, e até, quanto é possível, no estilo e dizer, o Panorama accendeu e conserva em innumeraveis milhares de pessoas de todas as idades, sexos, jerarchias e profissões o gosto, o costume e a necessidade da leitura. Não ha já aldeia tão apartada em cume de serra, nem quasi casal tão embrenhado em solidão e tão fóra do trato do mundo, que nas horas ociosas dos seus serões se não recreie com este hospede certo; e o que para os dos palacios e para a maior parte dos moradores das cidades não passa de meia hora de distracção innocente, para os bons provincianos, para esses individuos que vivem como desatados e por fóra dos grandes feixes da sociedade, sempre saudosos do festim do mundo de que lá lhes chegam os echos [...]” (27)

Não será aqui o lugar para longas explicações sobre estudos demográficos acerca da população portuguesa de meados do século XIX, mas isso não implica que não avancemos com uma proposição defendida por Jacinto Coelho acerca da população do meio - que será, evidentemente, Portugal -, em que «O Panorama» circulou. Veja-se qual o número de habitantes, as classes sociais e actividades mais importantes a que se dedicam; percentagens de analfabetismo na

região e nível de instrução das camadas sociais; preços dos jornais em relação com os salários médios das diversas classes: “[Citando Alexandre Herculano] ... a porção do povo, para quem querem que escrevamos, ainda comumente nem sabe ler...” Por isso, tendo em conta os próprios dados interpretados, serão talvez excessivos os três pontos de exclamação que Joaquim Barradas de Carvalho propõe, no seu excelente e fundamental livro *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, à notícia dos 7000 assinantes que *O Panorama* atingiu «numa época em que a população do País era de menos de três milhões de habitantes». [...] a despeito das macias emigrações para as Américas, as populações europeias aumentam, entre 1801 e 1901, em alguns países: de 11 para 38 milhões, no Reino Unido, por exemplo. Vitorino Magalhães Godinho certifica que «de 1800 a 1900, a população da Europa mais do que duplica; a Grã-Bretanha pula de 10 500 000 para 37 milhões - mais de três vezes e meia. Ora Portugal passa apenas de 3 milhões para 5 - aumento tão-só de 2/3». Nesta lentidão do crescimento demográfico nacional achar-se-á, talvez, aliada a outras, uma das razões por que a real ou aparentemente notável tiragens de *O Panorama* seria prodígio (se, realmente, o era) sem seguimento e sem futuro.” (28)

Como se posicionou «O Panorama» face ao desenrolar dos acontecimentos sociais e políticos portugueses, tanto a nível nacional como regional? Que relações recíprocas estabeleceu em, concordância ou não, com as ideologias políticas e intelectuais dominantes em Portugal? Que responsabilidades se pretendia assegurar ao efectuar-se a redacção da linha editorial - em suma, quais os interesses políticos, sociais e económicos de que «O Panorama» assegura a sua defesa? “Após a vitória liberal de 1834 e dos pacotes legislativos de Mouzinho da Silveira, da Revolução de Setembro, dos irmãos Passos e das medidas governativas do Setembrismo de 1836, o problema da instrução pública e da educação do cidadão da nação liberal preencheu boa parte das preocupações dos intelectuais e políticos da época.

As reformas foram tomando o aspecto de formulário legislativo, traduzidas em decretos e portarias que iam preenchendo as páginas do *Diário do Governo*. Novos estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior contribuíram para cimentar junto da opinião pública a ideia da associação entre liberdade civil/política e a instrução nacional, aumentando-se, assim, a capacidade de concretizar o somatório das felicidades individuais e materiais da Nação. O Estado deveria (teria de) despoletar mecanismos necessários a formar, e informar, cidadãos, filtrados através de um renovado sistema educativo, moldado por uma cabal reforma pedagógica, que

contribuísse para a coesão do consciente colectivo da sociedade que acabara de triunfar face ao perigo do absolutismo miguelista.” (29)

«O Panorama» seria uma publicação que hoje apelidaríamos de ‘*politicamente correcta*’? De acordo com a nossa análise, atrevemo-nos a afirmar que as diferentes empresas que participaram activamente na redacção de «O Panorama» tudo fizeram ao seu alcance para que este não se imiscuísse na vida económica e política portuguesa, principalmente. Estando-lhe vedados esses campos da vida social, por imposição estatutária da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, datados de 1837, tal não fez com que não se notasse ao longo de cerca de 30 anos de existência, se notasse, nas suas posturas activas ou nas proposições dos seus inúmeros colaboradores, atitudes meramente políticas, contestatórias ou não da vida política. É, portanto, extremamente ambíguo e subliminar, como o faz notar José Tengarrinha: “[...] o Decreto de 24 de Setembro de 1841 autorizou o governo a «mandar imprimir os jornais necessários para se promover o progresso e o aperfeiçoamento do ensino, o das letras e ciências e de todos os conhecimentos úteis às artes e a quaisquer géneros de indústria», fazendo-se a impressão nas imprensas oficiais de Lisboa e Coimbra - o que parece nunca ter chegado a ser posto em prática. Assim, o governo, ao mesmo tempo que reprimia furiosamente a imprensa de opinião, não só não levantava obstáculos como até favorecia (inclusive nos portes de correio) as revistas literárias e científicas, cujo público era necessariamente limitado a uma elite intelectual.

Mas não devemos iludir com esta aparência. Se observarmos atentamente, por exemplo, uma revista como *O Panorama*, teremos de concluir que essa, como outras publicações congéneres, embora de carácter literário, não deixava de abordar, mais ou menos veladamente, as questões sociais e políticas. Os assuntos literários e estéticos eram com frequência abordados à luz do pujante humanismo do nosso primeiro romantismo; não, portanto, como fenómenos isolados, mas na perspectiva social e política dos graves problemas que se colocavam à sociedade de então. O interesse e influência dos periódicos literários ia, pois, muito além do domínio puramente literário. [...] Em suma, foi o grande desenvolvimento da imprensa periodística em Portugal no segundo quartel do século XIX que tornou possível e necessária a separação entre o jornal e a revista, não especialmente diferenciados pela periodicidade, mas pelas matérias que os constituíam e pela maneira de as desenvolver. (30)

### 3.2. As várias estratégias editoriais de «O Panorama» - construção de um percurso existencial:

Qual o grande propósito para o qual concorreram as vontades unas dos corpos gerentes de «O Panorama»? Quais as causas que abraçaram e que efeitos terão tido na opinião pública portuguesa da época? Este tópico pretende expor, à linguagem usual da época, um *bosquejo* do espírito que animou este periódico e, em suma, que repercussões obteve com tais estratégias editoriais entre 1837 e 1868: “No entender de Maria de Lourdes Lima dos Santos, ‘o jornalismo aparecia aos intelectuais de Oitocentos como instrumento privilegiado para compensar as carências de escolaridade insuficiente ou irregular, permitindo uma distribuição democratizante de conhecimentos».

É neste contexto que nos parece lícito afirmar que *O Panorama*, ao longo dos seus vários números de existência, tomou um lugar destacado na cultura portuguesa, não tendo a saída de Alexandre Herculano contribuído para um enfraquecimento dos objectivos e finalidades da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, uma vez que estes se foram mantendo coerentes do longo dos anos. Uma rápida e curta incursão pelas Introduções que no início de cada ano se apresentavam permite-nos constatar essa coerência temática.” (31) É demais sabido os propósitos da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* - resta-nos, apenas e não só, fazer uma análise de desconstrução dos artigos redactoriais insertos nos folhetins de «O Panorama». Aqui se encerra uma análise complementar do entendimento das acções cívicas e patrióticas a que «O Panorama» se entregava, por expresso desejo estratégico da Sociedade a que pertencia - aqui se encerra a sua essência e paradigmática. (32)

Considerando os princípios primeiros da *Sociedade* fundadora e promotora de «O Panorama», a instrução popular tornou-se o objectivo derradeiro a alcançar, visto toda uma sociedade mover-se, com todas as problemáticas e paixões que se moveram, nesse sentido, ainda que nós o afirmemos com as devidas reservas. A leitura, tudo o que a faz mover, a educação, a moralização, o entendimento de um povo atrasado culturalmente - tudo fazia parte de um objectivo uno e grandioso, a que esta publicação se destinava, ao invés ciente de tão inglória luta. “[...] a nossa *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* e o seu principal, inteligente e culto braço executivo - Alexandre Herculano - adoptaram com grande fidelidade esta filosofia prática e suas implicações. Ao fim de um ano, porém, reconheceram, publicamente, que a orientação decalcada de *The Penny Magazine* teria

de ser corrigida em razão das inultrapassáveis limitações do meio português e, porventura, também, em razão (não confessada ao público) de a empresa editora não dar dividendos aos accionistas, que os exigiam. [...] Houve, então, uma adaptação de compromisso que, respeitando os objectivos essenciais, não pôde deixar de ter em conta o atraso cultural do povo português.” (33)

Dirigida à grande camada populacional portuguesa pouco letrada mas que se encontrava em fazer levar o país ao progresso, a leitura a par com a instrução popular, tornava-se o ónus essencial para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Daí, mais uma vez, o apelo, a vontade e a exaltação consagradas à leitura como centelha do progresso para o indivíduo daqueles tempos já longínquos, mas cujas vontades permanecem tão iguais.

Na «Introdução» ao primeiro folhetim de «O Panorama», datado de 6 de Maio de 1837, a Redacção [muito provavelmente, pela pena de Alexandre Herculano], dava a conhecer os seus propósitos em jeito de solene proclamação:

“Cidadão de todas as republicas, membro de qualquer sociedade, contemporaneo de qualquer seculo, só o homem dado á leitura pode com verdade dizer que para elle foi o Universo creado.” (34)

Num breve discurso, conseguiu-se um bosquejo sumário da civilização europeia desde a Antiguidade Clássica, apontando-se, como agravado desdém, as *lacunas* culturais próprias daqueles moldes civilizacionais - o «império da ignorância» assentou arraiais quase definitivos no seio das civilizações, pelo que este artigo se reveste de espantosa actualidade. Veja-se como, após tantos séculos de transformações estruturais imensas, a ignorância conserva[va] absortos os povos:

“Faltava aos antigos a leitura; porque ignorando a arte de multiplicar as copias dos livros, estes não podiam ser populares, e ficavam só ao alcance dos abastados, ou dos sabios, que faziam do estudo o emprego da sua vida. [...] [Nas civilizações grega e romana] Os preceitos da philosophia, os descobrimentos das sciencias, eram guardados no seio dos lyceus e escolas, como um thesouro, cujas riquezas não revertiam em beneficio comum.” (35)

Nem mesmo o advento do Cristianismo como paradigma emergente, conseguiu reverter estes rumos. Encerrados nos seus *scriptorium*, aos escribas medievais não interessava a divulgação do

Conhecimento, mas apenas a sua preservação e estaticidade. O Mundo era considerado um conceito permanente e em que ‘a dúvida era inimiga da Fé’, advogava Santo Agostinho:

“Nasceu o christianismo, cujo objecto era reformar os costumes: mas os seus efeitos beneficos o foram quasi só para o coração do homem. Dahi proveio que o imperio da ignorancia popular não foi destruido, antes augmentou no meio das espantosas revoluções que passaram por essas eras. A idade média veio depois, bella e sublime em todos os costumes gerados pela religião do Evangelho, porém monstruosa e selvagem em todos os usos e habitos que nasciam das idéas de povos embrutecidos. Foi a arte da impressão, inventada no meado do XV seculo, que deu principio á epocha da verdadeira civilização.” (36)

Deu-se o nascimento da Imprensa e a sua consequente difusão e predomínio. A cultura e o acesso a ela equilibrou, deveras, as classes dominantes e dominadas, detentoras do Poder = Saber = Ser: embora as diferenças se tornassem mais abismais. Apenas nelas *existiam*, ainda assim, os vultos proeminentes das mesmas, tornando-se visíveis - envoltos num mar de loucura e ignorância, enebriados pelo Saber [Ser], esqueciam as massas silenciosas, que só timidamente começavam a reclamar o direito ao Conhecimento:

“No seculo XIX a existencia de um Aristoteles seria absolutamente impossivel. Daqui se originou o caracter particular da civilização litteraria do nosso seculo: a individualidade quase desapareceu no imperio do saber; as sciencias concatenaram-se estreitamente, e os homens superiores ao genero-humano, que achamos na antiguidade, como Platão e Cicero, não podem surgir no meio de nós: a instrucção é só uma; quem a possui é sómente a humanidade.” (37)

A difusão dos livros, das imensas bibliotecas, dos monumentos mudos do Saber, tornaram-se um imperativo para a civilização - ainda assim, o mote “*instruit populi*” ter-se-ia tornado demagogicamente essencial para a sociedade portuguesa de meados do século XIX? Pelo menos, seria uma aspiração utópica:

“De feito, a parte mais util da moderna litteratura tem sido o resumir os amplos productos da intelligencia. Com uma rapidez admiravel tem surgido os compendios, os quadros synopticos, os jornaes de instrucção popular. [...] a

sciencia se introduz tanto no tecto do abastado, como no abrigo do pobre, e mostrando a mão do creador em todas as obras do universo, ergue até os degráus de seu throno o nosso pensamento no meio do tumulto do mundo.” (38)

A *Sociedade* tomou para si a hercúlea tarefa de conduzir, ainda que simbolicamente, o povo português no caminho iluminado da instrução - o fortalecimento da Nação rebaixada e decadente o exigia, sob pena de estiolar:

“A Sociedade Propagadora de Conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos paizes mais illustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrucção variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, accomodando-o ao estado de atrazo, em que nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aquelles, que amam deveras a civilisação da sua patria.” (39)

Tornando-se o símbolo da emancipação cultural, «O Panorama» foi o fio condutor da cultura histórico-jornalística portuguesa - foi o pulsar latente de um povo e de uma cultura literata em renovada ascensão:

“Anjos despenhados, procuremos subir outra vez ás alturas de que, não nós, mas sim torrentes de calamidades publicas nos precipitaram. Trabalhemos por nos instruir e melhor nossos costumes, augmentando a civilisação nacional.” (40)

Passados apenas oito meses, a Redacção de «O Panorama» dirige-se pela primeira vez aos assinantes, fazendo coincidir tal artigo opinativo com o início de um novo ano - 1838 -, embora não com o início de um novo volume. Verifiquemos, deste modo, como a Redacção faz um juízo da sua actividade nesta época de balanço. Serviu este período de tempo para, em suma, se experimentar as formas e os conteúdos mais correctos em que esta publicação deveria ser orientada:

“[...] julgámos dever alterar o systema, que até aqui havemos seguido, na redacção e disposição do jornal, porque sendo nosso objecto instruir, deleitando no maior grau possivel, isto melhor se podia alcançar seguindo em parte um novo trilho.” (41)

Modelado pelo «The Penny Magazine», pelo «Magasin Pittoresque» e «Le Musée des Familles», sente-se, na introdução ao segundo volume, a necessidade de trocar matérias graves (coisa natural na Europa culta) por uma espécie de instrução mais útil, deleitosa e acessível, em que se conjugassem pureza de estilo, peculiar escolha do assunto e respeito pela moral pública: «Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos» [artigo 49.º]. Assumindo, portanto, a influência inglesa do periódico «The Penny Magazine», foi chegada a altura de se tentar novas confluências, visto que, como era demais sabido à época, a cultura e a sociedade inglesa em tudo diferia da vida portuguesa:

“Quando este jornal começou a apparecer nada mais era, quanto á forma, do que uma imitação do Penny Magazine, do qual tambem o são todos os jornaes populares publicados na Europa. Persuadidos estavamos então que nenhum melhor modelo tinhamos para seguir; mas com o tempo nos temos convencido de que as circumstancias relativas dos dois paizes, Portugal e Inglaterra, sendo diversissimas, deviam influir diversamente no modo de tractar a litteratura popular das duas nações.” (42)

Fiéis aos desígnios da instrução popular e, embora as transformações fossem de algum peso, decidiu-se nortear os conteúdos programáticos de «O Panorama», de forma a permitir atingir diversos fins. O mais importante prender-se-ia com a alteração dos hábitos de leitura dos portugueses e, por consequência, com o progresso a que o país almejava, de acordo com a filosofia da dita *Sociedade*. (43) Para que o principal objectivo fosse atingido, eis como se processou a alteração programática de «O Panorama» e de como *modelo* jornalístico seguido se propôs a paradigma a seguir no futuro para outros países ou leitores congêneres - lembre-se que, segundo os autores de «O Panorama», os futuros jornais populares «...devem ser considerados como um complemento da educação primária popular.»:

“O Panorama conterà de ora ávante duas partes, que de algum modo se podem considerar como distinctas. A primeira destinada aos artigos mais extensos e relativos ás sciencias naturaes, aos quadros historicos, á geographia, á topographia, aos monumentos, á economia, á litteratura, e a todos os mais objectos graves e importantes: a segunda conterà artigos breves, variados, e de menos monta, posto que tendentes sempre, quanto for compativel com a sua natureza, á instrucção commum, não sendo d’ahi inteiramente desterrada a sciencia, quando nella se poderem

dar as condições desta parte do jornal - brevidade, deleite, e variedade. Não só adequado ás circumstancias peculiares do nosso paiz nos parece este systema de redacção; mas conveniente para ser seguido em muitos outros, que, bem como Portugal, estão ainda abaixo da Alemanha, de Inglaterra, e da França na escala da civilisação.” (44)

Na 140.<sup>a</sup> semana de edição, passados já quase quatro anos do início da publicação, «O Panorama» apresenta-se aos seus leitores dando provas da sua vitalidade e da sua tenaz convicção na difusão de «conhecimentos úteis». Evocando gloriosamente os progressos da Ciência e da Literatura, tão identificativos do século XIX, a *Sociedade* não quis deixar de registar a sua participação [pretensa e, talvez, em parte, conseguida] na prossecução de tais tendências civilizacionais:

“Este vigor da intelligencia, este adiatamento das sciencias diffundiou-se e communicou-se como a centelha electrica; estamos n’um tempo de grandissima actividade d’espírito, e de um ardor de saber, que vai calando por todas as classes da sociedade.” (45)

Embora não sendo saudosista, dado que foi *futurista* na sua acepção, «O Panorama» encarou o passado histórico não com saudade, mas com uma sede imensa de exemplificações, estas tão profícuas na nossa História. Não se tratando, pois, de uma espécie de *memorial* decadente de feitos esquecidos, antes se ocupava de os retratar novamente, face a infâmias a que o *estrangeiro* nos votava. Atento ao progresso civilizacional europeu, «O Panorama» assim defende o desenvolvimento nacional nas Ciências e nas Letras, fazendo o habitual apelo à instrução popular:

“[...] apesar de lhe terem dito pela imprensa que do decimo quinto seculo só lhe ficaram as superstições, póde, sem responder com as glorias daquella epocha, desmentir o insulto com provas incontestaveis. [...] Publicam-se já em nosso paiz com applauso merecido jornaes especiaes dedicados ás sciencias; cresce progressivamente o numero de obras periodicas, destinadas á leitura do maximo numero de pessoas. Se o povo não lia, era porque não lhe facilitavam os meios de ler.” (46)

Observador atento dos avanços da Ciência, na globalidade do seu conceito, em nada lhe é alheios os progressos da Imprensa, da gravurística e da tipografia - sendo uma peça inovadora e exemplo primeiro do contexto evolucionar da História da Imprensa em Portugal,

«O Panorama» deixa aqui expresso o seu cunho na mecânica cadente dessa mesma História:

“A Sociedade pois que possui a certeza de que o seu jornal é lido, e a consciencia de que delle resulta proveito [...] e convencida igualmente de que a alliança do desenho e do texto, que ao mesmo tempo falla aos olhos e ao pensamento, é um forte incentivo para promover a leitura, [...] e esmerar-se-ha em todos os ramos d’um bom desempenho typographico.” (47)

Vectores de evolução - uma nova aposta na união do texto e da imagem - usando uma estratégia combinatória da grafia e de gravuras, «O Panorama» remete-se a si próprio para a dianteira da evolução jornalística e tipográfica. Daqui em diante, é este o caminho definitivo a seguir pela Sociedade, certos de que o elemento final - o público -, assim o exige.

Porventura dos melhores e mais memoráveis prefácios de «O Panorama», se não o de maior brio e vanglória, terá nascido da inspiração de António Feliciano de Castilho. Colaborador assíduo e célebre entusiasta deste periódico, esboçou neste trecho que, apesar de restrito, toda uma filosofia de «O Panorama», com a qual também ele próprio se identificava. Este registo é, com certeza, uma das “*milestones*” desta publicação - à semelhança de Alexandre Herculano, provável redactor de «Introduções» anteriores, também António Feliciano de Castilho ilustra aqui o seu amor à causa da instrução popular e à «propagação do vício» da leitura como causas primeiras do desenvolvimento social português.

“Que nos falta logo? - em segundo logar mais instrução primaria; mas em primeiro logar mais ler. A nascida instrução primaria já lá tem bons padrinhos entre os legisladores, e não é da nossa jurisdicção. Agora quanto ao ler, é felicissima verdade que nunca em Portugal se leu tanto como em nossos dias: mas é verdade desgraçadissima que nunca tambem por cá se escreveram, se imprimiram se leram tantas cousas sem verdade, sem juizo, sem côr, sem gosto, sem philosophia, sem intenção alguma moral ou litteraria, sem alma e sem consciencia, como agora.” (48)

António Feliciano de Castilho regista, em poucas linhas, uma panorâmica geral da imprensa periódica portuguesa sua contemporânea, dado que, ao viver-se um dos maiores fôlegos viventes da mesma em todos os campos da vida social, «O Panorama» destaca-

se pelas suas características, iniciador de um novo género jornalístico em Portugal, lançando graves críticas a todos os outros periódicos, assim como o meio cultural português:

“Não queremos dizer que não haja entre os mil e um jornaes, que todos os dias chovem *super bonos et malos*, alguns muito apreciaveis quanto mais raros [...] o povo lê e quer ler, deve ler e precisa de ler, mas em o povo chegando a conhecer que os que escrevem lhe abusam da boa fé e o enganam [...] A imprensa politica é hoje uma rainha, a imprensa litteraria uma fada, a imprensa scientifica uma Minerva; mas a imprensa do genero da nossa não é menos do que boa ama e aia de uma grande crença moral, que é o povo.” (49)

O que era, à actualidade de António Feliciano de Castilho, «O Panorama»? A quem se destinava primeiramente? Expostas estas premissas, o autor aposta na manutenção do mesmo conteúdo programático e temático delineado (50), mais especificamente, a partir dos primeiros oito meses de existência:

“O *Panorama* será o jornal portuguez e popular que tem sido [...] o *Panorama* é a assemblea, o espectáculo, a bibliotheca publica, e a praça do commercio, onde lhes vem ter noticias dos povos mais longinquos, das gentes mais diversas, e até dos seculos mais distantes. Eis aqui por alto o que o *Panorama* tem feito, e o que tem aproveitado nos quatro annos da sua duração.” (51)

«Aos Leitores» insere também no conjunto de textos opinativos e editoriais que apresentam os inícios de cada volume e quando, como é este o exemplo, se dá o início de uma nova série da mesma publicação. São passados cinco anos de vida de «O Panorama» e, abrindo-se uma nova série, a *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* entendeu apresentar a sua publicação predilecta revestida de novo formato tipográfico a leitores e assinantes.

Com responsabilidades nesta mudança [assim como nesta nota de abertura] os Redactores e autores (52) que pressupomos que sejam António Maria Gomes, J. M. de C. Silveira da Mota e Jorge César de La Figanière, de acordo com a ficha técnica ao início da publicação -, fazem no seu breve balanço, a extensão supranacional que «O Panorama» alcançou, dando especial destaque à distribuição e à colaboração vinda do Brasil. Sente-se neste editorial um grave repúdio por afrontas dirigidas por outros periódicos estrangeiros,

nomeadamente, castelhanos (53), ao baixo nível cultural português, apontando concretamente o excessivo desequilíbrio de demasiados periódicos para tão escassa população portuguesa, carestia ainda maior a nível da população alfabetizada.

Mantendo sempre a minha linha de pensamento de antigos directores, tanto a evolução da instrução primária, da leitura, assim como o progresso da sociedade em geral, continuam a ser linhas mestras de todo um discurso mediático:

“*O Panorama* [continua] a ajuntar algumas pedras para o edificio, que e a imprensa mais que ninguem vai levantando em nossa terra - o edificio da civilização nacional. [...] Em Portugal lê-se muito: é esta uma verdade de que temos intima convicção. Nós por esta parte não deshonramos a grande familia européa. Porque pois havemos de ser accusados de uma ignorancia excepcional? [Noutros países, como a França e a Inglaterra] Ahi o ensino publico como vasta rede abrange todas as classes de cidadãos, habilita-os para a instrucção, facilita-lha, convida-os para ella: - aqui o ensino desamparado, moribundo, difficultado por mil contradicções e barreiras, que se oppoem ao seu desenvolvimento, nada ou pouquissimo tem ajudado a civilização do povo portuguez.” (54)

Uma nova faceta é posta em prática nas acções de «O Panorama», assumindo-se como uma publicação orientada por renovados valores morais de índole cristã, forma conciliatória de atingir, provavelmente, um maior público:

“O povo adivinhou que da imprensa popular lhe viria em grande parte o baptismo da regeneração. Sacerdotes humildes desta nova religião, que nasceu do christianismo, que vive com elle, e que, não na doutrina, mas nos beneficios o completa [...]” (55)

As grandes novidades da segunda Série foram, sem dúvida, o novo formato tipográfico adoptado com o fim de permitir uma melhor comodidade à leitura, assim como o facto de nova série permitir facilitar a paginação de «O Panorama» bem como os trabalhos bibliófilos que, num futuro próximo, seriam indispensáveis aos leitores [assim como aos investigadores]:

“Mudou-se de typo, mas este é de fundição nacional como o antigo; e alem da elegancia que agrada aos olhos tem a vantagem de os não cançar na leitura, circumstancia de que

muitos assignantes se queixavam, uns em rasão da idade, outros da fraqueza do orgão visual, outros em fim porque só leem nas horas nocturnas quando descançam das fadigas diarias. Conseguiu-se este fim, sem que por isso e edição venha a ser menos compacta do que até o presente era. [...] Abrimos uma segunda serie: esta volume, primeiro della, seguirá numeração nova em numeros e volumes, como se o jornal de novo principiasse. [...] A divisão por series remove os inconvenientes: e quando em abalisados jornaes estrangeiros não tivessesmos exemplos, seria a rasão boa conselheira para a adoptarmos.” (56)

As duas primeiras e mais conhecidas séries de «O Panorama» abarcam de 1837 a 1844. Alexandre Herculano é redactor principal até 13 de Julho de 1839, resignando ao cargo, pelo que pouco colaborará no triénio imediato. (57) Faz novo e bem remunerado contrato a 20 de Janeiro de 1843, quando já estreara, a 14 [n.º 55, volume II, 2ª série], *O Bobo*, numa prática de ‘romances’ que, por sua conta, inaugura em 1838 com algumas das futuras *Lendas e Narrativas*. A redução das assinaturas obriga assembleia-geral da Sociedade, a 23.12.1844, a suspender a publicação.

Com o início do volume II da segunda série, António de Oliveira Marreca foi convidado a escrever a introdução destinada aos leitores e que mais não é do que uma sùmula de questões prementes à sobrevivência das publicações periódicas. Lançando um debate acerca de como compreender esta amálgama de publicações, este frenesim de obras que, ininterruptamente, invadem já os círculos literários e o quotidiano dos portugueses. Portanto, como compreender o público de modo a satisfazer as suas aspirações e as suas necessidades? Aliás, como compreender este universo particular aonde as relações entre os leitores e os periódicos assumem relações cada vez mais recíprocas? Veja-se uma forma sintética de compreender esse mesmo público alvo, assim como a sobrevivência desses jornais:

“[Os periódicos] assentam dividir os leitores em tres classes - o povo - as senhoras - e os pensadores: - o povo que pede sensações ao escriptor: as senhoras que exigem delle, e só lhe agradecem os lances dramaticos, e as grandes emoções: e os ultimos, acaso os menos contentadiços, que á fina força querem idéas e pensamentos, e que com outra iguaria se não hãode dar por satisfeitos! [...] E todavia a todos estes obstaculos vão superando os nossos jornaes litterarios: os velhos não cedem o campo, e novos combatentes vem affluindo a elle. Que significa esta concorrência?” (58)

Segundo António de Oliveira Marreca houve uma evolução crescente da instrução primária em Portugal, graças talvez à acção de «O Panorama», dado que se constata largamente o acréscimo dos hábitos de leitura junto à população. No entanto, algo de importante se tem descurado, pelo menos, por parte dos periódicos e dos círculos literários - a crítica literária. A arte de julgar obras literárias, artísticas ou científicas, assim como a apreciação escrita dessas obras ou o conjunto dos críticos houvera descurado ultimamente essas práticas, de modo que seria também urgente renovar esse espírito de observância crítica:

“O povo lê. Faltarão aos escriptores - e ao maior numero falta, infelizmente - philosophia e intenção: mas isso mesmo, que se estampa e publica sem proposito moral, aproveita pela maior parte ora ao povo que lá o converte ao seu fim, ora aos escriptores de verdadeiro talento e vocação, que se desenganam a erguer-se do silencio em que dormem, para apontar o caminho aos que vão errados. [...] Cuida-se a linguagem e o estylo mais do que até agora. Buscam-se, consultam-se, estudam-se, e reimprimem-se os classicos: citam-os, elogiam-os, e vai sendo quasi moda [Deus queira que chegue a ser mania] escrever em portuguez. Muitos, na verdade, ainda barbarizam; [...] E falta, muito para sentir, a da critica. Criem-na os optimos, que os inferiores escutarão, e os infimos da communitate litteraria acceitaremos com acatamento conselhos e correccões. [...] Esta luz nos guiará, até que appareça a da critica.” (59)

De acordo com a temática e a organização estabelecidos desde números anteriores, novamente se inicia novo ano - 1844 -, e com ele novo volume, daí a razão de ser desta «Introdução», da responsabilidade dos Redactores, nomeadamente, de António Maria Gomes, de M. A. Viana Pedra e de Jorge César de La Figanière. A quantas intempéries «O Panorama» não sobreviveu para alcançar os seus objectivos, cujo primeiro continua a ser, como desde sempre, a fidelidade máxima aos seus leitores? Aqui se esboça em um tom quase confessional e intimista, a alma e o *animus* que fez prevalecer esta publicação, exposta ainda em meios tão agrestes:

“E qual é o segredo desta longevidade, que, por esquecer o mais, tantas publicações periodicas superiores a elle em todo o genero de meritos não poderam alcançar? Qual a vida íntima que tem alimentado esta existencia n’um clima pouco favoravel ás producções da imprensa, onde até

plantas robustas e vivazes frequentes vezes definham e perecem?” (60)

Até com a censura institucionalizada à liberdade de expressão, «O Panorama» se viu sujeito, embora hoje nos pareça quase irrisório que fosse sujeito a fortes pressões censórias. Mas, à luz desses tempos, tal factor em nada era alheio à vida das publicações periódicas, literárias, científicas ou outras. (61) No entanto, a abolição da censura só veio dar mais vigor à missão de «O Panorama», como poderemos constatar:

“Depois que a imprensa definitivamente se libertou da censura, foi o Panorama a primeira publicação do seu genero, que revocou certa affeição pelas cousas que o passado tinha boas e veneraveis, sem que por isso trahisse a missão de progresso [...] foi elle o primeiro que a par da diffusão das ideas de utilidade material, trabalhou para que renascesse o sentimento da antiga energia e gloria nacional [...]” (62)

«O Panorama» foi, portanto, um monumento e um sustentáculo da e para a nacionalidade portuguesa e são incontestáveis as suas benéficas contribuições para o rejuvenescimento de Portugal. Atentos ao texto inicial, destacamos a seguinte ilação crítica:

“*O Panorama* tem procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do bello e grandioso que ennobreceu esta nossa boa terra em eras remotas. Temos a convicção de que pelo lado moral é este o maximo serviço que a imprensa popular póde fazer á nação, e de que o *Panorama* o tem feito, quanto o alcançaram e alcançam as honestas intenções, e os mais ou menos vastos recursos dos seus diversos collaboradores.” (63)

Exemplo simbiótico da crença no progresso e no respeito e veneração pelo passado histórico, «O Panorama» é o exemplo vivente em como esses sentimentos díspares podem ser conduzidos para o benefício da nação. Advogando uma crença inabalável na História, será à luz de antigos exemplos de brio e de glória, que o povo se sentirá *impelido* a uma forçosa evolução:

“Nós esperâmos a regeneração nacional não menos da memoria do passado que das doutrinas que pertencem ao futuro. [...] Templos, tumulos, usanças, e a historia são a nacionalidade. [...] Que melhor exemplo de grandeza moral

que a de seus avós, se elles de feito foram grandes e virtuosos? E se tal meio de regeneração é efficaz, a quem póde elle aproveitar mais do que ao velho Portugal, tão rico de tradições nobres e gloriosas?” (64)

Se progressos então houveram na sociedade portuguesa, «O Panorama» não lhes foi estranho ou indiferente. Persistindo então nas orientações definidas de início, assiste, então, a um dos períodos de maior fôlego e expansão, determinando-se aqui outras coordenadas para o futuro:

“Se alguém póde contestar ao *Panorama* [ou] os serviços por elle prestados ao pensamento de nacionalidade; nem uma só voz se erguerá [...]. Enfim, se o paiz tem dado alguns passos no caminho do progresso material e moral, o *Panorama* póde jactar-se de não ter sido inteiramente alheio a semelhante successo. Os documentos irrecusaveis dessa verdade estão estampados nos seus milhares de paginas, e na convicção della está a recompensa da firmeza com que os seus diversos redactores tem sabido seguir o systema estabelecido a principio nas condições e fins desta publicação.” (65)

Ao invés do que o ano de 1844 augurava para o successo de «O Panorama», fortes razões financeiras parecem ter imperado para o seu encerramento no final desse mesmo ano, de modo que a publicação do periódico ficará em suspenso até meados de Setembro de 1846.

Só após esta data, novos esforços económicos asseguraram a sua continuidade, inaugurando-se uma 3.<sup>a</sup> série, também ela não menos atribulada do que as anteriores. (66) Com vivência renovada, os orientadores de «O Panorama» dirigem-se ao seu público com nova «Introdução», texto inicial aonde simplesmente se faz uma apologética às edições anteriores, salientando-se este periódico como o resultado mais perfeito dos moldes jornalísticos praticados noutros países, nomeadamente, em Inglaterra. (67) «O Panorama» assume-se, incondicionalmente, como um marco incontestável da imprensa periódica portuguesa:

“O jornal popular, criado pelo modelo dos mais acreditados nos reinos aonde florece a cultura intellectual, foi de certo o *Panorama*. [...] Jornal de todas as classes e de todos os partidos nenhuma porta se lhe fechou. Hoje a sua divisa é a mesma. [...] Deveu tudo ao povo e a si.” (68)

Como já atrás houvera sido referido, com a fundação de «O Panorama» fundou-se um novo género jornalístico em Portugal, inovador para a época, julgado um instrumento necessário para a prossecução de desígnios superiores - a instrução popular e a implantação dos hábitos de leitura nas camadas mais largas da nossa população. Terá esse objectivo sido atingido? Qual a fórmula do seu sucesso, assim como de «O Panorama»? Sendo questões de urgentes respostas, seria necessário agora retomar o caminho do passado, como o texto o justifica:

“A imprensa instructiva, e accessivel a todas as fortunas e a todos os entendimentos, é um instrumento proprio para estimular os progressos em um paiz. *O Panorama*, distinguindo a differença que ha entre as publicações puramente litterarias, e o jornal d’esta especie, consagrou-se ao trabalho, não esteril, de escrever para o grande numero. [...] *O Panorama*, quando se apresentou na imprensa, não teve outro fim, e agora irá prender de novo aonde quebrou o laço que o unia a esta modesta mas fecunda tarefa. Accommodado ao gosto de todos, o successo, que o multiplicou por um numero d’exemplares, de que não há noticia em Portugal, abona a sua imparcialidade.” (69)

Como se julgou encontrar soluções para o futuro no passado, esta nova direcção entendeu, por bem, manter as mesmas directrizes editoriais, aperfeiçoando, no entanto, outros detalhes formais e literários. No obstante todas as expectativas e todos os esforços, «O Panorama» suspendeu as suas tiragens a 13 de Novembro de 1847, surgindo, como se de uma convulsão doentia se tratasse, novamente a 25 de Setembro de 1852 e, até final desse mesmo ano, se compreende o noticial que compõem o volume I da 3.<sup>a</sup> série. Nesta última data, reaparece novamente «O Panorama» com nova direcção, desta vez a cargo de António José Fernandes Lopes (70) -, que socorrendo-se dos antigos colaboradores do periódico, levará a cabo, o reatar de funções de «O Panorama». Tudo se mantém, a nível formal e literário, na execução de «O Panorama», assim como a vontade crescente de contribuir para o progresso social:

“O fim do editor, empregando n’esta empresa como empregou, avultados cabedaes, é principalmente restituir á litteratura portugueza um dos seus mais illustres representantes, e á causa da instrucção um dos seus mais esforçados campeões, pois que é innegavel que nenhuma publicação periódica nacional tem concorrido tanto e tão

efficazmente para o derramamento dos uteis cohecimentos como o *Panorama*.” (71)

Mais adiante se expressa também as condições em que a reimpressão das antigas séries de «O Panorama» se irão processar, assim como o modo de permitir aos leitores interessados a subscrição da colecção inteira de «O Panorama», justificando-se que:

“A predilecção do geral dos leitores por este Jornal litterario e instructivo, o consumo que ainda hoje tem a collecção, explicam-se pela utilidade e variedade das materias n’elle tratadas clara e amenamente em boa linguagem portugueza.” (72)

Também no final do ano de 1852, António José Fernandes Lopes regista o novo funcionamento de «O Panorama», assim como os progressos tipográficos, bem como uma listagem sucinta de novos colaboradores ou de novas formas de subscrição para os leitores. (73) Passados nove anos de existência de «O Panorama» e prestes a entrar no décimo ano de publicação, veja-se como Luís António Rebelo da Silva apresenta este volume aos leitores. Focando que, apesar das intempéries, «O Panorama» teve uma vida mais feliz do que a grande maioria das publicações periódicas portuguesas, inclusive em relação a outras de qualidade superior, nada é impeditivo de afirmar que «O Panorama» foi, até aí, caso único em Portugal:

“Os perigos da infancia venceu-os quasi a sorrir; os obstaculos da virilidade cortou-os sem embaraço; por desgraça no momento em que avistava o porto, em que tudo lhe promettia duração e prosperidade, é que se afundou de subito deixando um nome que já não póde ser omittido na historia intellectual, e o vasto repositorio de estudos concisos e populares, em que o amor da nacionalidade e o culto da patria realçam em quadros que o tempo não há de consummir.” (74)

Este mesmo discurso, além de introdutório ao presente volume é, simultaneamente, um rasgado elogio a Alexandre Herculano, cujo ânimo e sabedoria foram uma predominância salutar em «O Panorama» - sem queremos exagerar, poder-se-iam apelidar de reciprocamente identificáveis. Para se compreender a vida e a obra deste autor, será forçoso conhecer o seu papel como jornalista e como mentor de um projecto jornalístico:

“O architecto que levantou os alicerces e cresceu com o edificio acabou saudado como mestre pela geração, que os seus conselhos e exemplos educaram. O auctor de *Eurico* e do *Monge de Cister*, foi o creador do romance e da lenda histórica entre nós; o introductor da leitura amena e scientifica; o verdadeiro e applaudido generalizador de uma publicação, cuja dificuldade não conhecem bem senão os que depois d’elle se abalançaram a continuar a obra.” (75)

No entanto, «O Panorama» segue as mesmas directrizes, dado que os fins continuam similares - fomentar a instrução popular e a difusão da leitura. Confiantes nesta estratégia, a mesma direcção [re]lançou «O Panorama», dando-se a conhecer aos seus leitores como uma publicação inalterável na sua missão:

“O livro e o jornal encontram-se na esphera da razão como o plebeu e o aristocrata na convivencia da liberdade. A ninguem é licito resuscitar o monopolio das antigas universidades. [...] A republica das letras queimou o livro de ouro feudal com que imitava a Veneza patricia do Adriatico. Agora celebra os seus comicios, verifica os titulos dos candidatos, e não concede a palma senão a quem a cortou pela constância e pela superioridade. É por isso que o Panorama entra na lueta com esperanza. [...]

A sua ambição é voltar aos casaes e ás aldêas aonde entrava como amigo desejado, para recrear na leitura da noute o descanso do trabalho e os ocios do dia santificado. [...] Filho do povo e creado para o povo, quer viver e acabar, sem trahir a sua idéa, nem descreer a sua força. O *Panorama* continúa com os recursos necessarios para esperar, que o tempo lhe restitua as sympathias, que a sua interrupção lhe houver alienado.” (76)

Parecem ter sido constantes as dificuldades de toda a ordem que assolaram a publicação de «O Panorama» mas foi, também constante, a tenacidade e perseverança de todos os seus editores e colaboradores na sua manutenção. Como se de uma confissão se tratasse, aqui se expressam, com desagrado, as difíceis circunstâncias sentidas em «O Panorama» desde sempre, mas com especial incidência no ano de 1853:

“O anno de 1853 foi pois de verdadeira provação e experiencia, e por isso talvez não satisfizesse inteiramente os mais exigentes. Sem que porém nos deixemos cegar do amor proprio, parece-nos poder asseverar que o volume,

agora concluído, não envergonha a época mais brilhante d'este semanario." (77)

«O Panorama» não procurou glórias veniais, mas sim a perpetuação da sua obra social e educativa e a germinação das *sementes* educativas que lançou na população portuguesa. Fiel aos seus moldes e princípios, «O Panorama», apenas pelo registo da sua própria existência apresenta relatos incontornáveis da sua utilidade e funcionalidade:

“Se se pódem taxar de menos variadas as columnas do *Panorama*, se este periodico, pela sua indole grave e sisuda, repelle esses escriptos fugitivos, que a moda hoje applaude, que amanhã ninguém lê, porque mui pouco ou nada valem, lá se encontram registados alguns trabalhos de mais severo labor, e bastante transcendencia, que sempre hão de ser lidos com interesse. Fallâmos com os documentos á vista. Percorra-se a collecção, e reconhecer-se-ha a verdade.” (78)

“*Populi, semper populi*” deveria ter sido, com justa causa, o mote e a divisa deste periódico, pois que sempre constante manteve o apego e a dedicação à causa do povo e da sua educação e emancipação, as coordenadas existenciais que manterá até desaparecer de cena:

“Quando todos reconhecem a necessidade de instruir o povo; quando em todos calou a convicção de que um povo ignorante não póde ser um povo feliz, estudos de similhante ordem parecem-nos ser de uma alta importancia. [...] Escripto por portuguezes e dedicado a todos os portuguezes, o Panorama conservar-se-há como até aqui estranho absolutamente aospartidos politicos, que nos tem infelizmente dividido. [...] Verdadeiro livro das familias, o Panorama procurará offerecer a todas as idades uma leitura substancial, delectavel e sã. Comprehenderiamos n'este pequeno quadro a missão do Panorama? Será este o modo por que devemos dirigir os nossos esforços na nova epocha? A consciencia diz-nos que sim.” (79)

A «Introduccção» que serve de epílogo ao volume IV da 3.<sup>a</sup> série, mais não é do que um exercício de repetitibilidade das actividades de «O Panorama», aliás característica predominante neste tipo de textos, assim como uma sùmula dos seus sucessos, dos seus desaires ou dos seus ensejos. Notório é a aposta num discurso vitorioso, os responsáveis pelas partes introdutórias de «O Panorama» fazem sempre transparecer ao leitor o quão empenhado estão em fazer

vingar esta publicação. Como se houvesse sido fadado para altos desígnios, este periódico é o retrato vivo da persistência e de uma vivacidade inabalável:

“[...] avançamos sempre, conscios da alteza e santidade da nossa missão, e escudados pela efficaz e generosa coadjuvação de alguns dos primeiros talentos de Portugal. [...] Lido com incontestavel acceitação, citado com singular applauso pela imprensa periodica nacional, e até em obras estrangeiras de auctores de boa nota, o *Panorama*, protegido por Augustos Personagens, conta já um numero considerabilissimo de subscriptores em todas as provincias do Reino; [assim como no] vasto imperio do Brazil [...]”  
(80)

Pouco haverá a acrescentar a este registo, pois nenhuma inovação significativa foi introduzida, mas apenas há a salientar a manutenção do funcionamento do jornal - tudo permanece igual na sua essência e só alguns particularismos tiveram de ser devidamente delimitados:

“Contando com uma collaboração illustre o *Panorama* seguirá fielmente a estrada que lhe traçaram os primitivos fundadores. [...] A demasiada extensão de certos trabalhos litterarios publicados no *Panorama* tem sido notada, e a experiencia nol-a havia já indicado como pouco propria da sua indole especialissima. D’ora ávante pois não se inserirão escriptos que demandem amplo desenvolvimento, não sendo o seu objecto de natureza tal que compense aquelle inconveniente pelo interesse que excite.” (81)

Similarmente, surge-nos o volume V, último da 3.<sup>a</sup> série, apresentando a público um novo ano - 1856 -, mas quase parece uma cópia da «Introdução» de anos anteriores. Com dezanove anos de existência, são já evidentes alguns sinais de estagnação que se apresentam em «O Panorama» e, sendo já um caso inédito de longevidade na história da imprensa portuguesa, quase tudo permanece inalterável - nas suas aspirações, nos seus fundamentos ou em elogios -, e será legítimo afirmar que se começa já a notar uma certa decadência nas suas estruturas e acepções:

“Como se explica a tão longa existencia do *Panorama*, longa n’um paiz em que o gosto do ler não está sufficientemente derramado, e em que, d’esses que lêem, o maior numero, infelizmente, prefere as traducções de

romances, embora sejam feitas em linguagem mascarada, ás publicações de certa seriedade e alcance? [...] Creado sob os auspícios e direcção de uma das mais superiores intelligencias de Portugal, o sr. Alexandre Herculano, as columnas do *Panorama* têm sido como que o repositório de excellentes trabalhos de alguns dos melhores escriptores d'este paiz. [...] O plano de redacção seguido até hoje, que é o que lhe traçaram os seus illustrados fundadores, continuará inalteravel, salvas comtudo as modificações que a experiencia indicar indispensaveis." (82)

Tudo permanece igual com o início de uma 4.<sup>a</sup> série e nada de novo se acrescenta aos *escritos* introdutórios, reflexos da orgânica estrutural e funcional de «O Panorama». (83) No final desta série em 1858, dá-se o *terminus* de um ciclo. Será este o ano final desta série, anunciando-se já o fim de «O Panorama», quando toda uma conjuntura intelectual está em marcha na sociedade portuguesa. Mas, porventura, a não revisão dos seus conteúdos programáticos, a que causas económicas não estariam alheias, fez com que a publicação estiolasse em final desse ano, ainda que, à altura, se pensasse em suspender temporariamente «O Panorama». (84)

Como projecto de ilustração, visa regenerar o quadro mental português através da educação e da cultura, fazendo favorecer os bons costumes, se daria razão e apoios necessários à liberdade tão difficilmente conquistada. Já a introdução ao 8.<sup>o</sup> volume (1844), qual derradeiro balanço, esclarecia o propósito romântico em que assentava, desde a sua génese, este projecto:

“[Era] a primeira publicação do seu género que tinha revocado certa afeição pelas cousas que o passado tinha boas e veneráveis, sem que por isso traísse a missão de progresso que incumbia aos escriptores que sabiam quais os destinos da época presente: tinha sido ele o primeiro que, a par da difusão das ideias de utilidade material, tinha trabalhado para que renascesse o sentimento da antiga energia e glória nacional, [...] e sem cuja renascença não havia regeneração possível, [...]. O *Panorama* tinha procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do belo e grandioso que tinha enobrecido esta nossa boa terra em eras remotas.” (85)

Um passado exemplar modela, assim, entre quadros da História de Portugal e a não despicienda economia doméstica, uma indecisa transição liberal e o gosto de classe média a formar-se acaso muito depressa. «O Panorama» desaparece por completo e só em 1866, em

posse de nova empresa jornalística, reaparece novamente ao público português, iniciando-se a 5.<sup>a</sup> e última série, ainda que muitos autores e filólogos a não considerem «genuinamente» como parte integrante de «O Panorama». (86)

Com breves «Duas palavras ao Publico», «O Panorama» surge novamente, mas apesar da qualidade da sua publicação, tanto no aspecto gráfico ou de conteúdos, o certo é que o «sino de finados» soará, pouco tempo depois, em finais de 1868. Apesar de ter sido esta a data do encerramento definitivo de «O Panorama», já em 1857 se denotava a sua decadência e queda [apesar de nesse ano se iniciar uma 4.<sup>a</sup> série do mesmo], José Silvestre Ribeiro, colaborador assíduo que adiante estudaremos, traçava já o epitáfio tumular do periódico:

“Em 1857, quando ainda se publicava o *Panorama* da 3.<sup>a</sup> série, se disse: ‘Este periódico... é hoje apenas um echo do que foi, e, se vive, é à sombra dos títulos de estima pública e créditos intelectuais que soube grangear e firmar em padrão, que a lembrança dos homens lidos respeitará ainda por muito tempo.’ (87)

### **Nótulas bibliográficas:**

(1) No prefácio desta obra, José Tengarrinha adverte já para o importante manancial jornalístico e histórico a explorar: “Abrangendo todo o século XIX, o presente catálogo abarca um período que levanta particulares dificuldades a uma visão de conjunto e a um conhecimento rigoroso da massa dos nossos jornais e em que, ao mesmo tempo, estes passam a desempenhar uma relevante função social, constituindo uma fonte histórica de primeira importância.” Cf. *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, organização e coordenação de Gina Rafael e Manuela Santos, [prefácio de José Tengarrinha], Biblioteca Nacional, Lisboa, 1998, p. 9.

(2) José Tengarrinha - *ob. cit.*, p. 10.

(3) CERTEAU, Michel de - *A História é uma Paixão Nova*, [depoimento], *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1989, p. 12.

(4) LE GOFF, Jacques - *A História é uma Paixão Nova*, [depoimento], *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1989, p. 18.

(5) CERTEAU, Michel de - *ob. cit.*, p. 15.

(6) TRAQUINA, Nelson - *As Notícias*, in *Revista de Comunicação e Linguagem* n.º 8, Edição da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, p. 30.

(7) NORA, Pierre - *O Acontecimento e o Historiador do Presente*, [depoimento] in *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1989, p. 48.

(8) VEYNE, Paul - *Como se escreve História*, Edições 70, Lisboa, 1987, p. 43.

(9) “Os acontecimentos não são coisas, objectos consistentes, substâncias; são um corte que operamos livremente na realidade, um agregado de processos onde agem e padecem substâncias em interacção, homens e coisas. Os acontecimentos não têm unidade natural; não se pode, como o bom cozinheiro do Phèdre, separa-los segundo as suas articulações verdadeiras, porque eles não as têm. Por muito simples que seja, esta verdade, contudo, só se tornou familiar no fim do século passado e a sua descoberta produziu um certo choque; falou-se de subjectivismo, de decomposição do objecto histórico, o que apenas se pode explicar pelo carácter muito acontecimental da historiografia até ao século XIX e pela estreiteza da sua visão; havia então uma grande História, sobretudo política, que estava consagrada, e havia os acontecimentos «recebidos.” Veja-se VEYNE, Paul - *ob. cit.*, p. 49.

(10) Constate-se uma listagem de outras revistas periódicas de instrução e recreio publicadas no seguinte período [1830-1870]. É notório o desenvolvimento e a profusão deste género jornalístico no meio cultural português, do qual «O Panorama» era parte integrante e depressa considerado o ‘paradigma de eleição, no período atrás referido:

*O Recreio. Jornal das Famílias*, Lisboa, Janeiro de 1835 a Dezembro de 1842, 8 tomos de 8 páginas mensais cada.

*Bibliotheca Familiar e Recreativa*, Lisboa, 1835-1842.

*O Cidadão Philantropo. Jornal Politico, Litterario e Recreativo*, Braga [impresso no Porto], Abril de 1836, oito números. Redigido por D. João de Azevedo.

*Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, Lisboa, 1836.

*Jornal Encyclopedico*, Lisboa, Novembro de 1836 a Janeiro de 1837.

- Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, Porto, 1837-1838.
- O Archivo Popular. Leituras de Instrucção e Recreio. Semmanario Pintoresco [ou Pinturesco]*, Lisboa, 01.04.1837 a 1843, seis tomos.
- O Artilheiro*, Porto, 1837.
- O Ramallete. Jornal de Instrucção, e Recreio*, Lisboa, 23.11.1837 a 15.06.1844, de 8 páginas, sete tomos.
- O Recopilador ou Semanario Recreativo. Jornal Litterario e Instructivo*, Lisboa, 1837.
- O Biographo*, Lisboa, Julho de 1838 a Junho de 1839, 12 números, total de 290 páginas. O seu objectivo era fazer chegar a todos, de forma pouco dispendiosa, "... a historia abreviada d'aquelles que se fizeram celebres, por genio, talentos, virtudes, crimes, armas, ou Lettras".
- O Corsario. Jornal de Litteratura e Recreio*, Lisboa, 02.04.1838 a 07.05.1838.
- O Museu. Bi-mensal Musico, e Litterario*, Lisboa, 1838.
- Museu Portuense. Jornal de Historia, Artes, Sciencias Industriaes e Bellas Artes*, Porto, 01.08.1838 a 15.01.1839. Quinzenário de 16 páginas, com excelentes gravuras em madeira.
- O Pirata. Jornal Recreativo Semanal*, Lisboa, 04.08.1838 a 29.09.1838.
- O Recreativo. Jornal Semanario*, Lisboa, 1838.
- O Archivista. Jornal Historico de Recreio*, Lisboa, 06.06.1839 a 06.10.1840.
- O Mosaico. Jornal d'Instrucção e Recreio*, Lisboa, 28.01.1839 a 1841.
- O Romancista. Jornal de Recreio*, Lisboa, 1839.
- Universo Pittoresco. Jornal de Instrucção e Recreio*, Lisboa, 1839-1844.
- Observador Viajante. Jornal d'Instrucção e Recreio*, Lisboa, 1840.
- O Beija-Flor*, Funchal, 1842. Modelado pela *Revista Universal Lisbonense* - vide as indicações a António Feliciano de Castilho -, de onde se extraíram trechos literários adiante.
- A Minerva Lusitana. Jornal d'Instrucção e Recreio*, Lisboa, Maio de 1842, 16 páginas.
- A Illustração. Jornal Universal*, Lisboa, 1845-1846; *Periodico Universal* em 1852 - vide as acções de António de Oliveira Marreca adiante.
- Revista Recreativa. Periodico Litterario e Instructivo*, Lisboa, 1846, 36 números.
- [O] *Jardim Litterario. Semanario de Instrucção e Recreio*, Lisboa, 1847-1854.
- Revista Popular. Semanario de Litteratura e Industria*, Lisboa, 1848, 6 volumes.
- Apollo. Semanario Recreativo, Critico e Theatral*, Lisboa, 1850.
- O Iris. Semanario Litterario de Instrucção e Recreio*, Coimbra, 20.03.1852 a 03.04.1852.

*Flores Litterarias*, publicadas por Mariano José Cabral, Ponta Delgada, 1854.

*O Archivo Lisbonense. Periodico Recreativo*, redigido por J. P. da F. Neves e J. A. X. de Magalhães, Lisboa, 01.05.1855 a 09.08.1855.

*Jornal Para Todos. Leituras de Instrucção e Recreio*, Lisboa, 24.09.1859 a 1860. Vide Eduardo Coelho, o fundador do *Diário de Notícias*, 1859.

*Revista Semanal. Periodico Litterario de Conhecimentos Uteis*, Funchal, 1861-1862.

*Portugal Litterario. Semanario Recreativo*, Lisboa, Proprietários e redactores J. B. de Matos Moreira e J. M. da Cunha Moniz, 1862.

*O Duende. Jornal Litterario, Critico, Musical, Illustrado e de Musica*, Lisboa, 1863.

*Encyclopedia Litteraria. Jornal de Instrucção e Recreio*, Lisboa, semanal, 1863.

*Ecco Litterario. Hebdomadario Instructivo, Recreativo e Popular*, Lisboa, 1864. Continuado em *Aurora Lisbonense*, Lisboa, Setembro de 1864.

*O Povo. Jornal Bimensal dedicado às Classes Operarias*, Coimbra, com direcção de Joaquim Vale e Faustino Sarmento, 1866.

*A Aurora Litteraria. Revista Litteraria, Instructiva e Recreativa*, Funchal, 1868.

*Repositorio Litterario*, Coimbra, quinzenal, 1868.

*Revista Semanal. Folha Litteraria, Scientifica, Romantica e de Noticias. Alheia a discussões politicas e pessoas*, Lisboa, 1870.

(11) Cf. o artigo presente em PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme - *Portugal. Dicionário Historico, Chorographico, Biographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, vol. V, João Romano Editores, Lisboa, 1911, pp. 169-171.

(12) Vide o excelente artigo «Imprensa», por José Tengarrinha onde se resume sinopticamente o percurso da imprensa portuguesa e das suas relações com o ambiente jornalístico brasileiro, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1965, pp. 470-497.

(13) Cf. TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

(14) «Panoramas», in *O Panorama*, vol. II, 1.<sup>a</sup> série, ft. 36, 06.01.1838, p. 5.

(15) *Idem, ibidem.*

(16) Vide que não existem em outros periódicos, portugueses ou estrangeiros, a mesma designação anteriores a 1838 [sugere-se pesquisa mais aprofundada na BNL, por exemplo].

(17) «Panoramas», p. 5

(18) O artigo 48.º dos Estatutos da Sociedade juntava novos argumentos, como “...extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de Ciências Naturais, ideias as mais elementares de Astronomia e de outros ramos agradáveis das Matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal.”

(19) Expressão também utilizada por BAPTISTA, Jacinto - *Alexandre Herculano Jornalista*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977, p. 23.

(20) “Esta Sociedade, organizada pelos incessantes esforços de alguns amigos da civilização, entre os quaes muito se distinguiu o sr. Manuel Antonio Vianna Pedra, convidou para a redacção do seu jornal ao sr. Alexandre Herculano, que pouco antes resignára o lugar de Bibliothecario da Bibliotheca Publica Portuense, em razão das mudanças politicas de 1836. [...] Da mesma Sociedade foram directores, desde a sua installação em 1837 até a dissolução em 1845, o já citado sr. Vianna Pedra, o sr. J. C. de Figaniere (que de supplente passára a effectivo em 1841) e outros cavalheiros, cujos nomes figuram á frente dos respectivos volumes deste semanario.” Cft. SILVA, Inocência Francisco da - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862, p. 335.

(21) BAPTISTA, Jacinto - *ob. cit.*, p. 26.

(22) TENGARRINHA, José - *ob. cit.*, p. 175.

(23) Inocência Francisco da Silva cita o disposto em *Annaes das Sciencias e das Letras*, in Introdução, tomo I. Veja-se, portanto, SILVA, Inocência Francisco da - *ob. cit.*, p. 335.

(24) BRITO, Aranha - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo XVII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894, p. 136.

(25) BAPTISTA, Jacinto - *ob. cit.*, p. 26.

(26) TENGARRINHA, José - *ob. cit.*, p. 150-151.

(27) António Feliciano de Castilho - «Introdução», in *O Panorama*, vol. V, 1.<sup>a</sup> série, ft. 192, pp. 1-3, de 02.01.1841.

(28) BAPTISTA, Jacinto - *ob. cit.*, p. 28.

(29) *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* - com introdução, notas e selecção de textos de Maria de Fátima Nunes, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, pp. 9-10.

(30) Para elucidação e panorâmica acerca da existência de outros periódicos, confira nossas explanações atrás. Verifique-se também o disposto por J. Tengarrinha acerca do aparecimento de outros periódicos literários, insertos no mesmo contexto conjuntural de «O Panorama» e, mais tarde, do «Archivo Pittoresco»: “Numerosos jornais especializados apareceram nesse segundo quartel do século XIX: vários sobre teatro (*Recreio Teatral*, Lisboa, 1838; *Teatro Universal*, Lisboa, 1838; e *Teatro Dramático*, Lisboa, 1837, entre outros), satíricos (*A Caricatura*, Lisboa, 1837; *O Tira-Teimas*, Coimbra, 1840, etc.), gazetas rurais, médicas, militares, de jurisprudência e até de modas, para as senhoras, como o *Correio das Damas* (Lisboa, 1836).” TENGARRINHA, José - *ob. cit.*, p. 175-177.

(31) Na presente citação, a autora baseia-se explicitamente em afirmações defendidas por Maria de Lourdes C. Lima dos Santos, in *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 102-121 [vd. «O exílio, lugar de aprendizagem»]. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* - *ob. cit.*, p. 17.

(32) Cf. Estatutos da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* [1837] e enunciados por BAPTISTA, Jacinto - *ob. cit.*

(33) Mais adiante, o mesmo autor reafirma um dos propósitos maiores de A. Herculano: «Mas Alexandre Herculano, mesmo depois de desligado profissionalmente da redacção de *O Panorama*, não abandonou o programa de instrução popular de cariz democrático que

subscreevera e aplicara, como esclarecido escritor público, nos primórdios da sua carreira.» BAPTISTA, Jacinto - *ob. cit.*, p. 37.

(34) «Introdução», in *O Panorama*, vol. I, 1.<sup>a</sup> série, ft. 1, 06.05.1837, pp. 1-2.

(35) «Introdução», *ibidem*.

(36) *Idem, ibidem*.

(37) *Idem, ibidem*.

(38) «Introdução», *ibidem*.

(39) *Idem, ibidem*.

(40) *Idem, ibidem*.

(41) «Aos Assignantes», in *O Panorama*, vol. II, 1.<sup>a</sup> série, ft. 36, 06.01.1838, pp. 1-2.

(42) *Idem, ibidem*.

(43) Veja-se como Jacinto Baptista nos apresenta uma súmula biográfica do «The Penny Magazine» em obra já citada. Cf. mais detalhadamente os hábitos de leitura em Portugal aqui expressos em ‘«The Penny Magazine», Modelo Inglês de «O Panorama»’, pp. 26-28.

(44) «Aos Assignantes», pp. 1-2.

(45) «Aos nossos Leitores», in *O Panorama*, vol. IV, 1.<sup>a</sup> série, ft. 140, 04.01.1840, pp. 1-2.

(46) *Idem, ibidem*.

(47) «Aos nossos Leitores», *ibidem*.

(48) António Feliciano de Castilho - «Introdução», in *O Panorama*, vol. V, 1.<sup>a</sup> série, ft. 192, 02.01.1841, pp. 1-3.

(49) António Feliciano de Castilho - «Introdução», *ibidem*.

(50) Atente-se à nossa interpretação acerca da linha editorial de «O Panorama» em 1838, baseada no artigo «Aos Assignantes», in *O Panorama*, vol. II, 1.<sup>a</sup> série, ft. 36, 06.01.1838, pp. 1-2.

(51) «Introdução», pp. 1-3.

(52) Os Redactores - «Aos Leitores», in *O Panorama*, vol. I, 2.<sup>a</sup> série, ft. 1, 01.01.1842, pp. 1-2.

(53) Na presente edição não se menciona quais seriam os autores de tais afirmações, nem tão pouco há fornecimento de detalhes sobre as publicações em que teriam sido publicadas.

(54) «Aos Leitores», pp. 1-2.

(55) *Idem, ibidem.*

(56) *Idem, ibidem.*

(57) Vide *O Monge de Cister* [1841] ou *Arras Por Foro de Espanha* [1841/1842], por exemplo.

(58) MARRECA, António de Oliveira - «Aos Leitores», in *O Panorama*, vol. II, 2.<sup>a</sup> série, ft. 54, 07.01.1843, pp. 1-2.

(59) MARRECA, António de Oliveira - «Aos Leitores», *ibidem.*

(60) Os Redactores - «Introdução», in *O Panorama*, vol. III, 2.<sup>a</sup> série, ft. 106, 06.01.1844, pp. 1-2.

(61) Confira as Leis de Imprensa vigentes em Portugal entre 1834 e 1844 in ALVES, Luís - *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1983 onde, na I Parte, existe um inventário da legislação portuguesa sobre Imprensa entre os anos de 1576 e 1841.

(62) «Introdução», pp. 1-2.

(63) *Idem, ibidem.*

(64) *Idem, ibidem.*

(65) *Idem, ibidem.*

(66) Confira detalhadamente as datas do início de cada série e dos volumes respectivos adiante na nossa reflexão.

(67) Como já aqui foi explicitado, inclusivamente, à influência esmagadora do «The Penny Magazine» nos moldes funcionais e metodológicos de «O Panorama».

(68) «Introdução», in *O Panorama*, vol. I, 3.<sup>a</sup> série, ft. 1, 05.09.1846, pp. 1-2.

(69) *Idem, ibidem.*

(70) “António José Fernandes Lopes, estabelecido de muitos annos em Lisboa com armazem e commercio de livros, a que reuniu depois uma officina typographica. Nella tem feito imprimir, e publicado á sua custa um grandissimo numero de volumes e opusculos de todas as especies; historias, romances, dramas, sermões, poesias, etc., etc., entre os quaes se incluem muitas obras dos mais acreditados escriptores contemporaneos. Foi tambem editor da nova serie do jornal *O Panorama*, nos annos decorridos de 1852 a 1858, e da *Illustração Luso brasileira*, que durou tres annos.” Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867, p. 199.

(71) LOPES, António José Fernandes - [nótula editorial], in *O Panorama*, vol. I, 3.<sup>a</sup> série, 25.09.1852, p. 311.

(72) LOPES, António José Fernandes - «O Panorama. Complemento do 9.<sup>o</sup> Volume. Continuação em 1853», in *O Panorama*, vol. I, 3.<sup>a</sup> série, de 25.09.1852, pp. 311-312.

(73) LOPES, António José Fernandes - [nótula editorial], in *O Panorama*, vol. I, 3.<sup>a</sup> série, 25.12.1852, p. 416.

(74) SILVA, Luís António Rebelo da - «Introdução», in *O Panorama*, vol. II, 3.<sup>a</sup> série, 01.01.1853, pp. 1-2.

(75) *Idem, ibidem.*

(76) *Idem, ibidem.*

(77) «Introduccção», in *O Panorama*, vol. III, 3.<sup>a</sup> série, 07.01.1854, pp. 1-2.

(78) *Idem, ibidem.*

(79) *Idem, ibidem.*

(80) «Introduccção», in *O Panorama*, vol. IV, 3.<sup>a</sup> série, p. 1, de 06.01.1855.

(81) *Idem, ibidem.*

(82) «Introduccção», in *O Panorama*, vol. V, 3.<sup>a</sup> série, 05.01.1856, p. 1.

(83) Vd. «Introduccção», in *O Panorama*, vol. I, 4.<sup>a</sup> série, 03.01.1857, p. 1.

(84) Cf. o disposto pelo Editor em nota final, in *O Panorama*, vol. II, 4.<sup>a</sup> série, 25.12.1858, p. 412.

(85) Vide a proposição disposta por Inocêncio Francisco da Silva in *Diccionario Bibliographico Portuguez* acerca de tal *terminus* da publicação de *O Panorama*.

(86) Citação, *ipsis verbis*, do disposto em BAPTISTA, Jacinto - *ob. cit.*, p. 69.

(87) Cf. atentamente as datas de publicação de *O Panorama*, que contou com 5 séries publicadas alternadas entre 1837-1841; 1842-1844; 1846-1856; 1857-1858; 1866-1868, respectivamente.

### **Bibliografia:**

ALVES, Luís - *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1983.

BAPTISTA, Jacinto - *Alexandre Herculano Jornalista*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.

CERTEAU, Michel de - «A História é uma Paixão Nova», in *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1989.

*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, de 1837.

FIÚZA, Mário - *História Literária de Portugal. Séculos XVII a XX*, Athena Editora, Porto, 1972.

FORTES, Agostinho e SAMPAIO, Albino - *História da Literatura Portuguesa*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1936.

*Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, organização e coordenação de Gina Rafael e Manuela Santos com prefácio de José Tengarrinha, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1998.

LE GOFF, Jacques - «A História é uma Paixão Nova», in *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1989.

NORA, Pierre - «O Acontecimento e o Historiador do Presente», in *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1989.

*O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, selecta com introdução, notas e selecção de textos de Maria de Fátima Nunes, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

*O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, vols. I-XVIII, 1.<sup>a</sup> a 5.<sup>a</sup> séries, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1837-1868.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme - *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, vols. I-V, João Romano Editores, Lisboa, 1903-1915.

PEYRE, Henri - *Introdução ao Romantismo*, Coleção Saber, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1975.

SANTOS, Maria C. Lima - *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988.

SILVA, Inocêncio Francisco e ARANHA, Pedro Brito - *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos applicáveis a Portugal e ao Brasil*, vol. I-XXV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858-1958.

TENGARRINHA, José - «Imprensa», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1965.

TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

TRAQUINA, Nelson - «As Notícias», in *Revista de Comunicação e Linguagem*, vol. VIII, Edição da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

VEYNE, Paul - *Como se escreve História*, Edições 70, Lisboa, 1987.

### **Autoria:**

Eurico José Gomes Dias

Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém; Pós-Graduado em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Mestrando em História Medieval e Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.